

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação

O movimento estudantil brasileiro e o ensino superior no período de 1937 a 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Universidade São Francisco, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Marta Aparecida Rodrigues Lopes

Bragança Paulista

2004

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação

O movimento estudantil brasileiro e o ensino superior no período de 1937 a 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Universidade São Francisco, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Marta Aparecida Rodrigues Lopes

Bragança Paulista

2004

Resumo

O movimento estudantil no Brasil tem uma longa trajetória de lutas que passa desde os tempos de colônia, da libertação dos escravos e pela proclamação da República até o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964.

Estes estudantes são a juventude do nosso país, que acredita no mundo em que vive e que tenta transformá-lo em um mundo mais justo e digno.

Na história do Brasil existem muitos momentos nos quais imperou a repressão ao povo em benefício de uma minoria, e sempre que isso aconteceu, os estudantes estavam presentes, fazendo a sua parte, lutando contra tudo o que consideravam que vinham de encontro aos seus interesses.

Mas não há como escrever a história do Brasil e dos estudantes sem falar sobre a UNE. Ela muitas vezes atua como protagonista de fatos, lutas e conquistas muito importantes.

Palavras-chave:

MOVIMENTO ESTUDANTIL – ENSINO SUPERIOR – CENTRO XI DE AGOSTO
FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO – ESTADO NOVO – UNE

Sumário:

Introdução Geral	05
Capítulo 1: <i>Os estudantes e suas manifestações entram em cena (1937/1945).</i>	
1- Introdução.....	10
2- As primeiras manifestações estudantis.....	11
3- O Centro Onze de Agosto: a mais antiga associação estudantil.....	15
4- A Liga Nacionalista.....	17
5- A União Nacional dos Estudantes (UNE) – Primeiros Passos.....	25
6- A Juventude Brasileira.....	29
7- De volta aos movimentos estudantis dos anos 40.....	32
8- O caso da invasão do Centro XI de Agosto.....	34
9- Passeata e Tiroteio.....	37
Capítulo 2: <i>A Constituição do Ensino Superior no século XX e seus movimentos.</i>	
1- Introdução.....	44
2- A chegada da família real e as escolas superiores.....	46
3- Tentativas de criação da universidade no Brasil.....	53
4- A Fundação da USP.....	57
5- Expansão e integração do ensino superior no Brasil – 1946-1964.....	60
Capítulo 3: <i>Especificidades dos Movimentos Estudantis – Pauta e Agenda</i>	
1- Introdução.....	71
2- O Perfil do Estudante de São Paulo.....	74
3- Abolição e República.....	75
4- Gestão Ernesto Leme.....	79
5- Movimentos que se destacaram 1951-1953.....	82
6- Apontamentos sobre a História da UNE.....	85

Considerações finais	96
Documento: <i>Constituição da União Nacional dos Estudantes</i>	101
Bibliografia	105

INTRODUÇÃO GERAL

Esse texto é resultado de revisões historiográficas que levantaram novas questões a respeito do movimento estudantil no Brasil.

A origem do meu interesse pelo tema surgiu ao manusear documentos que se encontram no CDPAH (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação), onde pude perceber as especificidades do movimento estudantil e a mudança de foco através da história política do país. Foco este que, no início da colonização era voltado para os interesses de uma pequena elite e com o tempo passou a se voltar para as massas.

Foi justamente a percepção desta mudança que me incentivou a retomar o tema, com ênfase à atuação dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo durante o Estado Novo, mostrando que houve grande resistência desses jovens à ditadura de Vargas.

Mesmo considerando que o tema tenha sido abordado por alguns autores, sua retomada se justifica pela possibilidade de acrescentar novas informações e analisá-las junto às mudanças políticas e sociais acontecidas no Brasil nesse período.

A opção por esse recorte foi definida após a análise de documentos como cartas, ofícios, prontuários e arquivos de jornais que registram o cotidiano de estudantes e reconstituem sua trajetória dentro das mudanças que vinham acontecendo no país. Porém, essa reconstituição se torna difícil pela limitação das fontes, já que a ditadura restringia a distribuição de panfletos, jornais e manifestos que muitas vezes eram apreendidos e destruídos.

Esse trabalho também traz à tona a constituição do Ensino Superior no Brasil e as tentativas de implantação das Universidades, muitas vezes com o intuito equivocado de “modernizar” o país e “resolver” os problemas nacionais. Faço algumas considerações a respeito da reforma do Ensino Superior, principalmente nos anos 60 e a participação dos estudantes neste processo.

De modo a contemplar a problemática proposta, o texto foi estruturado da seguinte maneira:

O **capítulo 1** resgata as primeiras manifestações estudantis dentro da trajetória da história do Brasil que no início eram isoladas e focadas em problemas locais e com o passar do tempo foram se tornando coletivas e mais abrangentes.

Neste sentido, procurei demonstrar como o período entre 1937 e 1945 promoveu a mudança na natureza das manifestações que foram aos poucos deixando de ter caráter elitista para se transformar em movimentos de interesse das classes médias urbanas.

Foi um período que os estudantes sofreram perseguições, prisões e espancamentos por parte da polícia e que qualquer manifestação pela democracia era vista por parte do governo como movimento comunista que ameaçava a segurança pública. Pretendo, portanto, fazer um mapeamento destas ações, concentrando o foco no Centro XI de Agosto, considerado por muitos como a mais antiga associação estudantil do Brasil.

Outro aspecto que considerei relevante foi assinalar a trajetória da UNE desde a sua criação em 1937 porque abrange seu fortalecimento, por diversas campanhas nacionalistas realizadas na década de 50.

No **capítulo 2** procurei concentrar meu interesse na compreensão dos mecanismos de criação da Universidade no Brasil, buscando identificar em que circunstância ocorreu

essa criação. Descrevo o percurso do ensino superior a partir da chegada da família real no Brasil, porque só com a instalação da sede do poder na colônia, ocorreu a independência política, a fundação das primeiras escolas superiores e as tentativas de implantação da Universidade voltada à formação cultural que exercesse um papel de relevância perante a sociedade.

Analiso também a criação e fundação da USP e a expansão e reforma do ensino superior a partir de 1946 até 1964, que me pareceu o período mais adequado em razão da trajetória do ensino no Brasil e da possibilidade de elencar as tentativas de reforma com os movimentos estudantis, que principalmente na década de 60 passou a relacionar as reivindicações de caráter pedagógico às lutas políticas.

O **capítulo 3** é dedicado à pauta e agenda do movimento estudantil do período das lutas pela Abolição e República até o golpe militar de 64.

Reafirmo neste capítulo que o período em estudo é fundamental para percebermos as mudanças na natureza dos movimentos, antes muito mais elitistas, até passarem por transformações políticas e sociais e acabarem adquirindo um caráter de luta em defesa das massas.

Alguns períodos da história política do Brasil contribuíram para que essas mudanças acontecessem, por isso, destaco no decorrer do texto, a ditadura de Vargas no período que vai de 1942 a 1945, a composição social dos estudantes do ensino superior da década de 50 que deixa de ser exclusividade das elites em razão das emergências das camadas médias como “novos protagonistas sociais” e a instabilidade política vivida pelo Brasil no período de 1960 a 1964 que teve início com a renúncia de Jânio Quadros e culminou com o golpe de 64 e o maior período de ditadura visto neste país.

Também destaco a fundação e consolidação da UNE e sua atuação até o período citado. E ainda o período da década de 50, considerado por muitos como de domínio direitista da UNE, cujas lutas eram voltadas, principalmente, para a moralização do ensino e a década de 60 em que os movimentos estudantis e a UNE passaram por uma fase de transição e mudança no encaminhamento de questões mais amplas da sociedade brasileira.

Vejo nesta trajetória duas frentes de estudos: uma frente representada pela UNE e outra pelas manifestações comandadas pelos estudantes de Direito de São Paulo, cujas reivindicações nem sempre estavam ligadas com os movimentos organizados pela UNE.

CAPÍTULO 1

OS ESTUDANTES E SUAS MANIFESTAÇÕES ENTRAM

EM CENA

(1937/1945)

1- Introdução

Este capítulo tem como proposta analisar em que momento, dentro da trajetória da educação no Brasil, os estudantes e suas manifestações entram em cena como atores sociais relevantes e, também de destacar alguns destes momentos que julgo importantes para a compreensão deste processo de participação e crescimento político dos estudantes.

Ainda que nem sempre registrada não podemos negar a participação estudantil nos movimentos revolucionários brasileiros, mesmo os anteriores à independência.

Para tanto, parto, da luta dos estudantes pela abolição e pela república, que considero o momento em que começam a organizar-se, mesmo que muitas vezes em pequenos grupos e em torno de palavras de ordem sem que a ênfase seja, necessariamente, política-econômica em torno destas manifestações.

Através de leituras e análises pude constatar que vários autores indicam a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, principalmente durante o Estado Novo, como um papel político importante, com a presença em várias manifestações, como por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, onde passeatas foram organizadas pelos estudantes a favor da participação do Brasil na Guerra.

Neste capítulo a opção pelo recorte entre 1937 e 1945 foi feita porque traz a tona à problemática da ditadura presente durante o Estado Novo. Perseguidos, principalmente pela Polícia Especial, os estudantes da Faculdade de Direito não se intimidaram e continuaram sua luta pela democracia, sempre rotulando o governo Vargas como um governo fascista e totalitário. Com discursos polêmicos, passeatas de protesto e gritos

de vivas à democracia, eram presos, espancados e considerados uma ameaça à ordem pública.

2- As primeiras manifestações estudantis

A primeira manifestação estudantil que se tem registro na história do Brasil foi à luta pela expulsão dos franceses, comandados por Duclerc, que haviam invadido o Rio de Janeiro, em 1710. Segundo Mendes Jr., essa luta tinha muito mais caráter de reação de defesa do que propriamente uma ação política-ideológica¹.

Cerca de quatrocentos jovens, quase todos estudantes, empunhavam a primeira arma que encontravam à mão, atacaram os franceses que mal puderam resistir e refugiaram-se no chamado trapiche da cidade (Poerner, 1979, p. 45).

Mesmo que vejamos esta luta como uma reação quase que instintiva de defesa e não como uma estratégia de caráter político ou ideológico, não podemos ignorar a força movimento dos estudantes.

Na Inconfidência mineira, cabe ressaltar a participação do estudante José Alves Maciel que ao concluir seus estudos em Coimbra, regressou ao Brasil, em 1788, conheceu Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, que ficou muito impressionado com o argumento do estudante sobre a indignação das pessoas na Europa a respeito da submissão do Brasil diante Portugal. O movimento foi abafado após a denuncia de Joaquim Silvério dos Reis ao Visconde de Barbacena e seus líderes punidos.

¹ Mendes Jr, Antonio – Movimento Estudantil no Brasil/ SP Brasiliense, 1981 (Tudo é história, 23)

Percebe-se que naquela época os estudantes atuavam isoladamente ou, no máximo, em pequenos grupos, como na associação secreta fundada pelos estudantes de Coimbra (Poerner, 1979, p.50).

A Inconfidência Mineira e a expulsão dos franceses são capítulos do período colonial em que os estudantes mais se destacaram. Mesmo que não registrados outros movimentos, anteriores à independência, tiveram a participação ideológica dos estudantes que traziam as idéias revolucionárias de Rousseu, Montesquieu e Voltaire.

A maioria das manifestações se dava em torno de bandeiras e palavras de ordem e uma das primeiras atuações coletivas dos estudantes no cenário político brasileiro foi na luta pela Abolição e República. Os estudantes organizavam-se através de Sociedades Acadêmicas ou Clubes Acadêmicos que até meados do século XIX tinham atividades exclusivamente culturais e intelectuais.

A Bucha², sociedade secreta fundada em 1834, exerceu forte influência sobre os estudantes por seu caráter liberal, abolicionista e republicano e, segundo Carlos Lacerda “é impossível escrever a historia da República sem escrever a história da Bucha” (Dulles, 1984, p.26).

Um dos “bucheiros” foi Rui Barbosa. Transferido de Recife em 1868, juntou-se a Castro Alves, Joaquim Nabuco e Afonso Pena em uma ofensiva abolicionista.

Em 1870, assumiu Campanha Abolicionista, com as sociedades acadêmicas engajadas na luta pela libertação dos escravos e pela implantação de um regime

² A BUCHA: é a modificação do termo alemão Burschenschaften, que designa na Alemanha, as corporações ou associações de rapazes, em geral reacionárias. Repartiam as horas de lazer, entre as cervejas e os duelos. Porém, a característica mais importante de tais associações é que o estudante mantinha suas ligações mesmo depois de se tornar adulto formado. A filial brasileira foi fundada em São Paulo, sob a orientação de Júlio Frank, que aqui chegou preso no porão de um veleiro, em 1828 (Dulles, 1984, p.26).

republicano que se tornaram vigorosas, principalmente entre 1870 e o final da década de 1880.

Em 1876, foi criado o Clube Republicano Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, juntamente com seu órgão *A República*. Em 1877, os estudantes de direito fundaram o Clube Liberal Acadêmico, dentre os escritores de seu órgão *O Liberal*, estavam Pedro Lessa e Júlio Mesquita, ambos “bucheiros”. Em 1883, os estudantes criaram o Centro Abolicionista Acadêmico, com o seu órgão *A Onda*. As vozes dos estudantes que eram a favor da Abolição tornaram-se um fator essencial de comoção popular antes do decreto real, em maio de 1888 (idem, p.28).

Após a Abolição em 1888 e a República, em 1889, os estudantes tomaram parte de um movimento em massa no Brasil, que foi a revolta do vintém, movimento este que estava longe de qualquer luta abolicionista ou republicana, pois se tratava do aumento em um vintém do bonde no Rio de Janeiro. Para sufocar o movimento foi necessária a intervenção de militares. Logo em seguida ao movimento, sem bandeira a ser levantada e com suas reivindicações de progresso e justiça satisfeitas, os estudantes brasileiros se aquietaram (Poerner, 1979, p.61).

Em 1879 foi decretado o chamado Ensino livre, que permitia ao estudante optar pela freqüência ou não às aulas. Este decreto vigorou na Faculdade de Direito de São Paulo nos anos 80 e início de 90.

Como quase não freqüentavam as aulas, os alunos não conseguiam organizar seus movimentos e publicações, então a atuação coletiva desses estudantes entrou em decadência principalmente em 1891 e 1892, quando os estudantes de Direito se

formavam em período, por vezes, não superior a dois anos quase sem conhecer a faculdade e os colegas de curso.

O desfecho violento e sangrento da guerra de Canudos, em 1897, também produziu um dos primeiros manifestos escritos da juventude brasileira, documento escrito por estudantes de direito da Bahia e destinado à Nação, criticando a omissão de órgãos oficiais em relação à chacina e considerando desumano o ato dos soldados que, na concepção dos estudantes, colocaram-se acima da lei e covardemente massacraram prisioneiros indefesos de Canudos e não poderiam deixar que esse fato passasse sem protesto.

Este manifesto representou, praticamente, o último ato de participação política dos estudantes no século XIX.

Uma das primeiras manifestações dos estudantes no século XX foi a rebelião da juventude militar, em 1904, quando cadetes da Praia Vermelha se uniram ao apelo popular em marcha contra a obrigatoriedade da vacina. Apesar de não atingirem o seu objetivo e de serem presos na manhã seguinte à marcha, ficou a sensação de dever cumprido pelo gesto de união e solidariedade ao povo (idem, p.70-71).

Os jovens também participaram da Revolta de 1922 ou a Revolta do Forte de Copacabana, movimento ocorrido no Rio de Janeiro, em julho, envolvendo militares e civis descontentes com o regime oligárquico da primeira República. Estando em curso a sucessão do presidente Epitácio Pessoa, as agitações aumentaram, culminando com a prisão do ex-presidente Hermes da Fonseca, o que provoca o início do movimento que, mesmo não tendo a participação direta dos estudantes, contou com a participação de

jovens militares, obtendo repercussão nacional. Embora logo dominado, evidenciou o desconforto de setores da classe média e de jovens militares com a “política dos estados”.

3- O Centro Onze de Agosto: a mais antiga associação estudantil.

O ensino livre na faculdade de Direito foi substituído somente em 1895 pela lei 314, de 30 de outubro. Mais rígida, a lei continha cláusulas para os estudantes freqüentarem as aulas regularmente durante todos os cinco anos de curso. Porém, como a lei se aplicava somente aos alunos que entravam na escola após ela ter sido posta em vigor, apenas em 1900 as faculdades de Direito tiveram os alunos durante os cinco anos de curso (Dulles, 1984, p.32).

Com a volta dos estudantes, voltou também o espírito das associações. Em 1900 alunos do segundo ano de Direito criaram um Clube Acadêmico que, organizado por Plínio Barreto e Pedro Dória, publicou uma revista durante três anos, aproximadamente.

A partir de 1902 surgiam cada vez mais as associações e publicações estudantis, porém sem uma estrutura orgânica e sem a existência de uma bandeira unificadora, essas associações tinham vida curta.

Por isso, a idéia de uma associação comum a todos os estudantes do curso de Direito tornou-se forte e urgente. Foi então que, em 11 de Agosto de 1903, inaugurou-se o Centro Onze de Agosto, que entre seus membros contavam com os estudantes

Luís Pereira de Campos Vergueiro, José Carlos de Macedo Soares, Pedro Dória e Júlio Prestes, entre outros, além do professor Pedro Lessa como advogado do Centro.

O Centro Onze de Agosto trazia consigo o objetivo de romper as barreiras entre alunos de diferentes cursos (unificação dos estudantes) e principalmente lutar pelas causas sociais dos brasileiros. Dentre a junta editorial para a produção do boletim informativo do Centro estava o então acadêmico José Bento Monteiro Lobato (idem, p.32-33).

O primeiro presidente do Centro foi Pedro Dória, mas no decorrer dos anos as campanhas para as eleições do Centro tornaram-se acirradas. Para a presidência só concorriam alunos do último ano de Faculdade.

A organização e o patrimônio intransferível fizeram do Centro Onze de Agosto reconhecidamente a mais antiga associação estudantil do Brasil. Além de mais antiga, foi também mais perseguida durante o Estado Novo, sendo o alvo preferido do olhar do DEOPS.

O desejo dos estudantes que estavam à frente do Centro Onze de Agosto, de união com alunos de outros cursos para difundir o Centro, foi quebrado por volta de 1915, quando os estudantes de Direito de São Paulo dividiram-se em um grupo conservador e outro grupo ativista, que queria levar os estudantes de volta aos grandes movimentos como o da Abolição e da República. Na ala ativista estavam Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, filhos de Júlio de Mesquita, diretor de O Estado de São Paulo (idem, p.34-35).

Olavo Bilac, recém chegado da Europa, fez um discurso nas arcadas em 9 de outubro de 1915, com um apelo entusiasmado aos estudantes, argumentando a favor

do serviço militar obrigatório como primeiro passo para o restabelecimento da força estudantil.

Este discurso foi um dos primeiros passos para o início de uma campanha nacionalista em São Paulo, liderada pela faculdade de Direito a apoiada por outras escolas como a faculdade de Medicina e Escola Politécnica, além do jornal O Estado de São Paulo. Os quarenta lugares iniciais destinados aos voluntários militares foram aumentados para trezentos a fim de acomodar a todos os estudantes.

No ano de 1916, no dia da Independência do Brasil, a Liga de Defesa Nacional foi criada e como seu presidente foi nomeado o presidente do Brasil Wenceslau Brás, um bucheiro. A 10 de novembro do mesmo ano o exército tomou medidas para tornar o serviço militar obrigatório (idem, p.37-39).

4- A Liga Nacionalista

Paralelo ao movimento da Liga de Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório, outro movimento era incentivado pelo professor da Faculdade de Direito, Frederico Vergueiro Steidel: A Liga Nacionalista.

Também adepta da obrigatoriedade do serviço militar, a Liga Nacionalista tinha como foco maior a reforma política, com voto secreto e obrigatório e questões sociais como o combate às doenças e ao analfabetismo presentes em todo o país.

Foi então, em 1917 que a Liga Nacionalista começou a operar, com muitos bucheiros fazendo parte de sua diretoria: José Carlos de Macedo Soares, tesoureiro, Abelardo Vergueiro César, secretário, entre outros. Os advogados Waldemar Ferreira,

Antonio Sampaio Dória, Spencer Vampré, Roberto Moreira e Prudente de Moraes Neto, também faziam parte da diretoria, além de Júlio de Mesquita filho e Plínio Barreto, de O Estado de S. Paulo e o presidente do Centro Onze de Agosto, Antonio Pereira Lima (idem, p.40).

A Liga Nacionalista participou ativamente dando assistência quando da epidemia de gripe espanhola que assolou São Paulo, em 1918. Também criou uma escola noturna, na qual os estudantes de Direito alfabetizavam os mais necessitados, projeto do estudante Paulo Nogueira Filho.

A mobilização dos estudantes foi de tal ordem que o governo federal baixou um decreto para a promoção dos estudantes sem a necessidade de prestarem aos exames finais.

Tal decreto, considerado imoral, fez com que o presidente da Liga, Frederico Steidel, ordenasse aos estudantes que não o aceitassem, sob pena de serem expulsos da Liga. Essa atitude provocou uma divisão e conseqüentemente o enfraquecimento da Liga Nacionalista que aos poucos culminou em seu fechamento.

Antes disso, os integrantes da Liga Nacionalista também participaram de campanhas políticas indicando Luís Pereira Barreto para uma vaga no Senado, mas foram derrotados pelo candidato José Valois de Castro do PRP, partido dominante.

Questionamentos a respeito do domínio dos líderes da Liga Nacionalista e de como eram escolhidos começaram a surgir, assim como sobre a indiferença desses líderes para com as questões sociais e à questão da primeira greve trabalhista em São Paulo, em 1917 (idem, p.43-47).

Esse descontentamento foi ganhando força até que, em 1924, a Liga se vê diante de um problema maior do que a pressão de estudantes de direito descontentes: uma revolta de militares em São Paulo, conhecidos como “tenentes”, que desejavam reformar os meios políticos e eleitorais e depor o presidente Artur Bernardes.

Conflitos aconteceram e os rebeldes dominaram a cidade por três semanas. Liderado pelo professor Steidel, a Liga distribuiu declarações condenando o uso de armas e dos tiroteios provocados pelos rebeldes. Além disso, os membros da Liga começaram a trabalhar em hospitais, abrigos e ajudavam a organizar o trânsito.

Enquanto isso, os líderes da Liga tentavam fazer com que o chefe dos rebeldes, o general Isidoro Dias Lopes, concordasse em não usar mais os canhões do exército para bombardear a cidade. Em troca, a Liga formou uma comissão para negociar com o governo federal as reivindicações dos rebeldes (idem, 48-49).

A negociação dos membros da Liga com os rebeldes não foi vista com bons olhos pelo governo. Após a partida dos rebeldes, os jornais O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, que criticaram o comportamento do governo federal, foram forçados a suspender suas publicações. A 7 de agosto de 1924, o presidente Bernardes decretou o fechamento da Liga Nacionalista de São Paulo por um período de seis meses.

Diante desses acontecimentos os estudantes de Direito dividiram-se em três grupos: O primeiro grupo, a favor dos rebeldes tenentes; o segundo a favor de profundas mudanças na política do Brasil, porém, sem violência. E o terceiro grupo, menor, que expressava sua satisfação pelo restabelecimento da ordem, com mensagens assinadas pela diretoria do Centro Onze de Agosto (idem, p.50).

O fechamento provisório da Liga por seis meses acabou tornando-se definitivo, mas seus ativistas não deixaram de lado os ideais dessa Associação. O Partido Democrático (PD), fundado em fevereiro de 1926, freqüentemente é considerado o sucessor da Liga, por contar com ex-ativistas entre seus fundadores.

Em setembro de 1927, o PD transformou-se em um partido nacional, com alguns congressistas da oposição do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul. Em 1929, Júlio Prestes de Albuquerque, líder do PRP, sai candidato à presidência na eleição de 1930. Para concorrer com Júlio Prestes, o PD vota a favor do candidato Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, por sua plataforma sustentar pontos comuns com o PD, tais como: voto secreto, minorias políticas com representação política, anistia aos rebeldes, entre outros (idem, p.56).

A história dos conflitos entre o grupo de estudantes da Faculdade de Direito, e o vitorioso Getúlio Vargas, vêm de longa data, antes mesmo de ter assumido o governo do país. Passando por São Paulo, Vargas revelou planos de conceder plenos poderes a João Alberto Lins e Barros, tenente pernambucano, para governar São Paulo.

João Alberto não era visto com bons olhos pela imprensa e muito menos pelos políticos paulistanos. Em maio de 1932, políticos paulistas formaram um secretariado estadual próprio, cujo Secretário da Justiça era o professor da Faculdade de Direito Waldemar Ferreira.

A cidade de São Paulo encontrava-se no meio de muitas manifestações e conflitos por não aceitar um governo central sem Congresso nem Constituinte. Os políticos que sucederam João Alberto tentaram em vão conter os ânimos, mas o sentimento de aversão ao governo Vargas se refletia em passeatas, inspiradas principalmente por

organizações estudantis como a Liga Paulista pró-Constituinte, formada no início de 1932 por estudantes de Direito (idem, p. 68).

Estimulado por esse sentimento de luta e aversão ao governo Vargas e a independência de São Paulo em relação a esse governo, uma massa invadiu a sede da Legião Revolucionária, no centro paulista. Houve conflito com a polícia e algumas pessoas morreram no meio de um tiroteio, dentre os mortos estavam os estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

Com as iniciais dos nomes dos estudantes, MMDC, foi criada a uma Associação da qual faziam parte Júlio de Mesquita Filho, Prudente de Moraes Neto, Joaquim Sampaio Vidal, Aurelino Leite, Paulo Nogueira Filho, Hermann de Moraes Barros, entre outros. Essa associação logo atraiu milhares de membros, a maioria estudantes prontos para entrar em conflito e defender os ideais da MMDC.

A 9 de julho de 1932, estoura a Revolução Constitucionalista de São Paulo, quando cerca de 1500 membros da MMDC, encontraram-se nas arcadas da Faculdade de Direito. Logo após o estouro da Revolução, as arcadas tornaram-se sede de recrutamento para as forças combatentes. Todo esse movimento nas arcadas fez com que as aulas fossem suspensas (idem, p.69).

Diante desta situação, o diretor da Faculdade, José de Alcântara Machado d'Oliveira, propôs que os estudantes procurassem outros locais para o movimento de mobilização. Os estudantes aceitaram a sugestão do diretor da Faculdade e alguns grupos encontraram outros lugares como o Clube Comercial e o Fórum Cível.

Apesar de toda a mobilização de milhares de pessoas, os paulistas foram derrotados em outubro de 1932 e os principais líderes da MMDC foram exilados em Portugal.

Em 1933, foram escolhidos os representantes para a Assembléia Constituinte, São Paulo estava bem representado por 22 membros, dos quais 15 haviam freqüentado a Faculdade de Direito e 14 formados por ela.

O sentimento anti-Vargas na bancada de São Paulo não era predominante em toda a Assembléia e em 1934 essa Assembléia escolheu Vargas para presidir o Brasil até maio de 1938 (governo provisório), os exilados de 1932 voltaram e foi marcada a eleição para presidência.

Em dezembro de 1936, Armando de Salles Oliveira renunciou ao cargo de governador de São Paulo para candidatar-se à presidência. Vargas, porém, suspendeu as eleições com o golpe de Estado que deu início a uma longa ditadura no Brasil, o Estado Novo, 1937 a 1945 (Santos, 1999, p.21).

Ainda em 1937, estudantes que faziam parte do Partido Acadêmico Conservador (recém-formado) elegeu para a presidência do Centro Onze de Agosto, o bucheiro Cícero Augusto Vieira, que tinha uma coluna sobre os universitários, no jornal Folha da Manhã.

Enquanto isso, sob as arcadas da Faculdade de Direito, os estudantes mantinham discussões inflamadas sobre o comunismo e crescia, cada vez mais, a campanha para a eleição de um sucessor de Vargas, que como sabemos, não aconteceria.

Outros partidos da Faculdade de Direito, como o Partido Liberal, o Partido Evolucionista e o Partido Popular, considerados libertadores, faziam oposição ao domínio do Partido Acadêmico Conservador e nos anos que se seguiram a luta política entre eles tornou-se mais acirrada.

A atenção por esta luta política, foi desviada em setembro de 1941, quando estudantes de algumas faculdades da Universidade de São Paulo, propuseram que fosse conferido a Vargas um título de doutor *honoris causa*, proposta defendida por José Gomes Talarico, estudante de Filosofia e amigo do ministro da Educação Gustavo Capanema. O principal motivo da indicação do título a Vargas, era pelo reconhecimento da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da CBDU (Confederação Brasileira dos Desportos Universitários), pelo governo federal (Poerner, 1979, p.179).

Os presidentes das associações que representavam os estudantes e o orador do Centro Onze de Agosto foram a favor do título. Porém, ativistas anti-Vargas da Faculdade de Direito protestaram violentamente e se opuseram a prestar essa homenagem a Vargas.

Rapidamente o Conselho Universitário se reuniu para decidir sobre o título honorário a Vargas, somente dois de seus membros se opuseram: o professor Ernesto Leme, representante da Faculdade de Direito e o estudante de Direito Rui Homem de Melo Lacerda, representante dos estudantes universitários.

Em 23 de setembro de 1941, uma carta de Jorge Americano comunicou a Vargas a decisão do Conselho de conferir-lhe o título. Nesse mesmo dia uma sessão extraordinária do Centro Onze de Agosto aconteceu no pátio da Faculdade de Direito, com um discurso inflamado de Germinal Feijó evocando os nomes dos estudantes mortos na Revolução de 32 e arrancou “vivas” a Rui Homem e Ernesto Leme, e gritos de “morra” a Vargas e ao Conselho Universitário (Dulles, 1984, p.176).

Após a aceitação unânime das propostas de greve de um dia e a proibição da presença de Talarico nas arcadas, formou-se uma comissão para averiguar os motivos

da indicação de Vargas para o título honorário. Os estudantes também decidiram cobrir com crepe preto o monumento do pátio aos estudantes mortos em 1932 e na estátua José Bonifácio, o Moço.

O diretor da Faculdade, Cardoso de Melo Neto, repreendeu severamente os estudantes e ordenou que o crepe fosse retirado. Germinal Feijó e Roberto de Abreu Sodré opuseram veementemente. O diretor, chocado com a falta de respeito dos estudantes, suspendeu ambos da Faculdade. Esta atitude foi a gota d'água para estourar uma greve dos estudantes.

Os estudantes marcharam pelas ruas, levando o estandarte do Centro Onze de Agosto com gritos de "Abaixo a ditadura!!" e "Morra Getúlio!!". De volta ao largo São Francisco, no pátio da Faculdade, os estudantes decidiram que a greve não terminaria até que a decisão do título honorário a Vargas fosse revogada (idem, p.178-179).

Choques entre os estudantes que queriam assistir às aulas e estudantes em greve ocorriam todos os dias e tudo indicava que a continuidade da greve acarretaria em grande número de faltas e até mesmo o risco de reprovação de muitos estudantes.

Vários incidentes estavam acontecendo dentro e fora da faculdade, até que em uma reunião convocada pelo diretor, professores resolveram fechar a Faculdade de Direito por tempo indeterminado, alegando necessidade de disciplina.

Para solucionar o impasse e a crise na Faculdade de São Paulo, foi chamado o Ministro Gustavo Capanema, chegado do Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1941, neste mesmo dia o reitor da Universidade recebeu os diretores e o presidente do Centro Onze de Agosto. No dia seguinte Capanema ouviu Germinal Feijó e Roberto de Abreu Sodré, que estavam escondidos da polícia.

Tanta diplomacia por parte do Ministro agradou estudantes e agradou ainda mais quando Capanema explicou-lhes que Vargas estava disposto a abrir mão do título honorário e que Feijó e Abreu Sodré seriam readmitidos na Faculdade e as faltas marcadas aos estudantes grevistas seriam retiradas (idem, p.184-186).

Após a atitude conciliadora de Capanema, os estudantes resolveram voltar às aulas e no dia 06 de outubro tudo voltou à normalidade. Mas antes de voltarem, os estudantes aprovaram uma proposta declarando a proibição da entrada de Talarico na Faculdade de Direito (Poerner, 1979, p. 179).

5- A União Nacional dos Estudantes (UNE) – Primeiros Passos

Enquanto os estudantes de direito da Faculdade de São Paulo organizavam e colocavam em prática suas manifestações, o mês de agosto do ano de 1937 era marcado pela fundação da União Nacional dos Estudantes, a UNE.

A idéia de organizar um movimento estudantil em caráter nacional já era antiga, mas muitas vezes por falta de tino político e por focalizar problemas específicos e determinados de uma região favorecida pelo isolamento dos estados, várias tentativas de dar organicidade ao movimento estudantil foram frustradas.

A UNE foi fundada, no Rio de Janeiro, por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil (CEB), mas só entraria verdadeiramente em ação durante o Estado Novo, principalmente pela tomada de consciência quanto à necessidade de organização política dos estudantes em caráter permanente e nacional.

Em 12 de agosto do mesmo ano, o Conselho Nacional de Estudantes efetuou a primeira sessão ordinária, dirigida pela presidente vitalícia e fundadora da CEB, Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça. Deste Conselho (que mais tarde se denominou Congresso), sairia eleita a diretoria, sob presidência de José Raimundo Soares, delegado do Diretório Central de Estudantes da Universidade de Minas Gerais, e aprovada a primeira proposta proibindo a discussão de temas políticos na entidade (Poerner, 1979, p.136-138).

O segundo Congresso ocorreu no dia 5 de dezembro de 1938, com temas sobre: 1) a situação cultural (função da Universidade, orientação universitária, formação profissional, bolsas de estudos, difusão da cultura, ensino rural); 2) Situação Econômica (taxas e matrículas, subvenção do Estado, cidades universitárias, estágio remunerado); 3) Saúde (higiene escolar, educação física, colônia de férias); 4) Mulher estudante (a mulher estudante frente ao problema do trabalho e do lar, as associações femininas em defesa dos interesses da mulher); 5) Esporte Universitário e 6) União Nacional dos Estudantes.

Em 22 de Dezembro de 1938, uma assembléia do Conselho Nacional dos Estudantes efetivou e reconheceu oficialmente a UNE e seu estatuto. Neste Conselho foi eleita a primeira Diretoria oficial da UNE, tendo como presidente o gaúcho Valdir Ramos Borges, que tinha como principal missão tirar a UNE do papel transformando-a em uma entidade concreta e atuante (idem, p.141-145).

Devido ao caráter político e nacional da UNE, o governo federal procurou conquistar os dirigentes da UNE, oficializando e remunerando seus cargos. Muitos estudantes viviam uma situação econômica difícil, mas mesmo assim a resposta foi veemente e

unânime de que eles, os estudantes, não se venderiam ao governo (Santos, 1999, p.43).

A fundação da UNE representou, sem dúvida nenhuma, um marco da participação dos estudantes ao longo da história do Brasil, mesmo com a tentativa de vinculá-la ao Ministério da Educação. Getúlio Vargas, vendo o crescente nível de organização dos estudantes, antecipa-se e vincula a UNE a esse Ministério. Durante seus dois primeiros anos de existência, a UNE esteve fortemente ligada ao governo Vargas.

A partir do 2º Congresso Nacional de estudantes, as discussões e propostas começaram a ter conotação política, embora os estudantes não pudessem registrar as propostas antigovernamentais. Também preocupações com os problemas nacionais como analfabetismo, saúde e trabalho, se manifestavam cada vez mais.

Ao 3º Congresso Nacional de Estudantes coube a consolidação da UNE, tarefa atribuída à gestão de Trajano Pupo Neto. As dificuldades eram grandes, pois a UNE não contava mais com o apoio material e administrativo da Casa do Estudante do Brasil. Sem recursos, Pupo Neto deu ênfase às atividades cívicas e sua gestão ainda foi marcada pelo início da Segunda Guerra Mundial.

A Casa do Estudante propiciou condições materiais e burocráticas para a criação da UNE, por isso, não admitia que esta lhe fugisse do controle. Justamente por causa da conotação política que a entidade tomava, passaram a haver muitos atritos entre a UNE e a CEB, até chegar a ponto de Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, presidente da CEB, “convidar” a UNE a se transferir. A partir daquela data, UNE e CEB, se separam completamente (Poerner, 1979, p.149-154).

No período da Segunda Guerra Mundial, diversas manifestações foram realizadas pela UNE em prol do engajamento do Brasil nesse conflito. Nesta época, o movimento estudantil assume uma postura contrária à administração de Vargas.

Paralelamente às manifestações organizadas pela UNE (que escapavam ao controle do Governo), Vargas autorizava a criação da Juventude Brasileira, gerando vários conflitos entre os estudantes e o Ministro da Educação Gustavo Capanema.

O Ministro Capanema resolve instalar a Juventude Brasileira no prédio do Clube Germânia, porém a UNE, que acabava de ser reconhecida oficialmente como entidade representativa dos estudantes havia solicitado o prédio diretamente a Vargas, que despachou favoravelmente ao pedido.

Mas Capanema consegue protelar a entrega do prédio aos estudantes, que resolvem invadir e ocupar a sede do Clube. Sem alternativa, Capanema comparece ao local para presidir a instalação oficial da UNE (Horta, 1994, p. 269).

Após a aprovação do decreto-lei de Organização da Direção Nacional da Juventude Brasileira, o diretor do Departamento de Administração do Ministério da Educação, alegando irregularidades na utilização dos recursos e do pessoal na manutenção do imóvel ocupado apenas por instituições estudantis, propõe a Capanema que instale a Juventude Brasileira no Clube Germânia, junto com a UNE, entregando a administração geral ao Secretário Geral da Juventude Brasileira (idem, p.270).

Esta decisão causou revolta por parte dos estudantes porque Capanema havia prometido a Hélio de Almeida, presidente da UNE, que não tomaria nenhuma decisão sem que a diretoria da UNE fosse comunicada. Em sinal de protesto, Hélio de Almeida demite-se do cargo, gerando uma crise no meio estudantil com vários atritos entre os

estudantes e Capanema, até culminar na transferência da sede da Juventude Brasileira.

A censura impediu que os jornais publicassem matérias sobre essa crise entre os estudantes e o Ministro Capanema (Poerner, 1979, p.176).

6- A Juventude Brasileira

A idéia de criar uma entidade estudantil vinculada ao Governo surgiu a partir da elaboração da Constituição de 1937, onde Francisco Campos, então Ministro da Justiça, estabelece, no capítulo dedicado à família, que a infância e a juventude deveriam ser objeto de “cuidados e garantias especiais por parte do Estado” e que este deveria se encarregar da fundação de instituições destinadas ao ensino moral e físico, preparando o jovem “ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (Horta, 1994, p.205).

Francisco Campos encaminha a Getúlio Vargas uma proposta de criação de uma Organização Nacional da Juventude (ONJ), que teria a finalidade de assistir e educar os jovens entre os 8 e 18 anos. Com inscrição voluntária, o jovem que fizesse parte da ONJ, receberia uma carteira que lhe daria o direito à preferência na matrícula em escola de ensino oficial, primário, secundário e superior, além de utilizar-se dos serviços postos a sua disposição. A organização da ONJ ficaria a cargo de uma junta suprema, dirigida pelo Presidente da República e constituída pelos Ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça, além de um Conselho Nacional composto por 15 cidadãos idôneos e um secretário geral com a função de presidir e convocar as sessões do

Conselho Nacional. Faria parte da ONJ um corpo de assistentes formado por professores, pais, membros de sociedades desportivas e ministros da igreja católica. (idem, p.207).

A proposta de Francisco Campos foi primeiramente analisada por Alzira Vargas, auxiliar de Gabinete do Presidente, cujo parecer foi de crítica aos moldes europeus do projeto, sem ter sido adaptado à realidade nacional. Alzira Vargas também critica as despesas previstas para essa organização, a subordinação da ONJ ao Ministro da Justiça, o caráter militar da organização e a moral católica, visto a diversidade religiosa do Brasil.

Mesmo com tantas críticas, Alzira Vargas se entusiasma com a criação de mecanismos dos quais o Governo atuasse mais diretamente sobre a juventude, no sentido de integrá-la ao projeto estadonovista (idem, p.216).

Após esta primeira análise, o projeto de Francisco Campos foi enviado aos Ministros Eurico Dutra e Gustavo Capanema, da Guerra e da Educação, respectivamente.

Dutra considerou o projeto importante, mas discordou do modelo europeu por considerar que não era adaptado à realidade brasileira e coloca como prioridade o combate ao analfabetismo. Também se opõe à criação da ONJ, desvinculada da escola.

Capanema encaminhou seu parecer a Vargas “aplaudindo” a iniciativa, mas com algumas ressalvas: o nome deveria ser “Mocidade Brasileira” ou “Juventude Brasileira”, para que a Organização fosse vinculada ao Brasil. A ONJ deveria limitar sua área de atuação e objetivos somente, a educação física e a educação moral e cívica. A ONJ não deveria ser separada do Ministério da Educação, mas a ele incluído. A idade

mínima seria de 7 anos (e não 8 como sugeriu Francisco Campos), e finalmente, que a participação do jovem entre 7 e 18 anos fosse obrigatória (idem, p.220-222).

Depois dos pareceres de Dutra e Capanema, o projeto foi arquivado. Mas em setembro de 1938, o general José Meira de Vasconcelos encaminha ao governo um anteprojeto do decreto de lei de uma organização da Juventude, com o objetivo de prepará-lo para a cidadania e entregá-lo ao exército, para ser transformado em soldado.

Paralelamente à movimentação militar, o ministro Capanema preparava outro projeto que culminaria, em março de 1940, com a promulgação do decreto-lei de criação da Juventude Brasileira³.

Resumidamente, a Juventude Brasileira, teria como objetivo realizar as atividades extra-classe: educação física, educação moral e cívica, educação pré-militar para homens, educação doméstica somente para mulheres (estas duas foram excluídas da versão definitiva). Essas atividades poderiam ser realizadas dentro ou fora da escola, mas a inscrição continuava obrigatória para as crianças e jovens entre 7 e 18 anos e voluntária para a juventude não escolarizada (idem, p.231)⁴.

Segundo Horta, a criação da Juventude Brasileira não teve a repercussão esperada, cujas manifestações foram da homenagem a Getúlio Vargas, no dia de seu aniversário à Parada da Juventude em comemoração a Independência (idem, p.265).

³ Capanema tomou como base o seu parecer sobre a proposta de Francisco Campos, dos projetos vindos dos meios militares e informações sobre as organizações da juventude na Alemanha, Itália e Portugal (idem, p. 230)

⁴ A primeira versão do projeto foi entregue em janeiro de 1939, mas a versão definitiva foi promulgada somente em março de 1940 e o Decreto-Lei estabelecendo as bases da Organização da Juventude Brasileira foi publicado em fevereiro de 1942.

Alguns conflitos internos causaram o fim da Juventude Brasileira. Em novembro de 1945, a revogação da legislação referente a esta instituição marcaria oficialmente seu fim.

7- De volta aos movimentos estudantis dos anos 40

Em agosto de 1942, cinco navios brasileiros foram afundados pelos alemães nas costas da Bahia e de Sergipe. Este ato desencadeou no dia 18 de agosto, passeatas de norte a sul do país exigindo que o Brasil entrasse na guerra e vingasse os mais de 600 mortos. Líderes da UNE e de associações estudantis investiram contra o Clube Germânico do Rio de Janeiro.

Na Universidade de São Paulo, os estudantes de Direito realizaram uma reunião de professores e alunos, com discursos de apoio aos Estados Unidos. Saindo em passeata os estudantes aglomeraram-se no Largo São Francisco, convocando a população para que comparecessem a um grande comício na praça da Sé na tarde daquele mesmo dia.

Uma comissão organizada pelos estudantes comunicou o evento ao secretário da Segurança do Estado, Acácio Nogueira, que ordenou aos chefes das unidades de polícia que evitassem qualquer tipo de perturbação da ordem. Apesar da presença da polícia o comício decorreu sem problemas, sendo o primeiro comício realizado com a permissão do Estado Novo para tratar de democracia.

O comício atraiu uma enorme multidão, os estudantes, professores e outros convidados usavam gravatas pretas e pedaços de crepe preto na lapela, em homenagem à pátria ofendida por ato dos alemães.

Foi lido um telegrama com o pedido de guerra encaminhado a Vargas. Além disso, o Centro Onze de Agosto havia decidido fundar a Legião Universitária Brasileira com o objetivo de unir estudantes para apoiar os ideais democráticos. Após o discurso de encerramento proferido por Rivaldo Assis Cintra, a multidão emocionada, uniu-se aos estudantes em uma marcha pelas ruas até o largo São Francisco, dando por terminado assim o comício.

Do lado do governo, Vargas não conseguiu ignorar por muito tempo a pressão externa americana apoiada pelo povo brasileiro e após uma reunião do Ministério no dia 22 de agosto, uma declaração pública anunciava que o Brasil se encontrava em guerra contra Alemanha e a Itália.

A declaração de guerra foi aclamada no largo São Francisco e logo, a comissão que organizou o comício na Praça da Sé tornou-se permanente e organizou uma caravana de cunho nacionalista que deu início, em 25 de setembro, a Campanha Nacionalista esquecendo-se partidarismos e divergências entre os estudantes e Vargas, já que o momento pedia por uma união entre os brasileiros. Os estudantes de Direito também acreditavam que com a declaração da guerra ao lado das democracias, significaria o início da decadência do Estado Novo.

Depois do alistamento de jovens, ficava estabelecida uma trégua entre os estudantes e Vargas, que seria rompida em março de 1945, quando os estudantes foram às ruas em campanhas pela anistia dos presos políticos.

É importante frisar que, mesmo com a trégua os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, continuavam sendo vigiados pela polícia, já que respeitando seus ideais, contestaram o Estado Novo durante todo o período que esteve em vigor, sempre sob a forma de passeatas, manifestos, discursos, sendo, por isso, violentamente reprimidos e tratados como ameaça à segurança nacional (Santos, 1999, p.22).

8- O Caso da invasão do Centro XI de Agosto

Vários estudantes de Direito foram presos em novembro de 43, por motivo de “ordem política”. O caso teve início no Baile das Américas, na noite de 30 de outubro, segundo os prontuários da polícia, alguns de estudantes de Direito fizeram declarações pró-democracia e anti-Estado Novo. O então presidente do Centro XI de Agosto, Hélio Mota, foi preso e declarado criminoso confesso.

Em protesto, os estudantes se reuniram no Centro Acadêmico, em 1º de novembro, onde foi aprovado um manifesto redigido por Luiz Arrobias Martins, intitulado “Os estudantes de Direito de São Paulo à Nação Brasileira”, reivindicando o fim da ditadura. Os 180 estudantes presentes assinaram o manifesto e, amigos assinaram em nome daqueles que não estavam presentes, aumentando para 205 o total de nomes no documento original.

Um grupo de estudantes foi recebido no gabinete do major Vieira de Melo que propôs a soltura imediata de Hélio Mota, desde que o manifesto não fosse impresso. Como já era madrugada, apenas cerca de cinquenta estudantes permaneciam no Centro, então, decidiu-se que qualquer decisão só seria tomada com a presença da

maioria dos estudantes. Os estudantes decidiram não deixar o Centro desprotegido e que ali permaneceriam até o amanhecer.

Durante a noite, Luís de Anhaia Melo, secretário da Viação estadual, cujo gabinete era perto da Faculdade de Direito, ligou para o interventor Fernando Costa para avisá-lo de que havia um grande movimento na Faculdade. O interventor mandou um telegrama para o secretário de Segurança Coriolano de Góis e o boato de que a reunião do Centro Onze de Agosto tomava feição de motim e revolta se espalhou rapidamente. Coriolano deu ordens para que a violenta Polícia Especial enviasse um batalhão de choque para prender os estudantes e fechar o Centro.

A Polícia Especial invadiu o Centro e com metralhadoras e tiros de revólveres depredou paredes, mobílias, manuscritos e relíquias como uma pintura de Pedro II. Os estudantes que ali estavam foram espancados e presos, a medida em que eram colocados em carros de polícia, levavam mais coronhadas de fuzil e cacetadas. Os carros também percorreram as ruas do centro da cidade, parando em bares e restaurantes, aprisionando quaisquer estudantes.⁵

Os estudantes Israel Dias Novaes e Rômulo Fonseca se encarregaram de relatar ao diretor da Faculdade de Direito, Cardoso de Melo Neto o ocorrido no Centro XI de Agosto, neste meio tempo a polícia Especial, cercara a casa e exigira que os estudantes lhes fossem entregues. Cardoso de Melo Neto contou com a ajuda do banqueiro Gastão Vidigal para negociar com Coriolano de Góis e chegar num acordo de que os jovens só seriam levados pela polícia para prestar depoimento. O acordo,

⁵ **Inventário dos prontuários Deops, Arquivo do Estado** : 52250, 52256, 52257, 52259, 52260, 52264, 52265, 52263, 52266, 52271, 52273, 52274, 52275, 52277, 52278, 52280, 52281, 52282, 52283, 52284, 52285, 52286, 52287, 52288, 52289, 52292, 52293, 52294, 52295, 52298, 52318, 52332.

entretanto, não foi respeitado, os estudantes foram presos e os professores de Direito José Soares de Melo, Waldemar Ferreira e Ernesto Leme foram postos em prisão domiciliar até o dia 13 de novembro de 1943. (Dulles, 1984, p. 261).

Em protesto pela quebra da promessa de libertar os estudantes, Cardoso de Melo Neto apresentou sua demissão como diretor da Faculdade informando ao interventor Fernando Costa o comportamento violento da Polícia Especial.

Os estudantes permaneciam presos já que os investigadores acreditavam que os mesmos planejavam uma revolta e que a extensão do movimento incluiria passeatas e protestos. Os interrogatórios aos estudantes eram intermináveis com indagações acerca da continuidade do movimento e dos políticos ligados a ele.

Durante a prisão dos estudantes milhares de mensagens se espalhavam pela cidade protestando contra a violenta invasão ao Centro XI de Agosto. A polícia argumentava a respeito das prisões dos estudantes dizendo que a reunião do Centro tomara uma forma subversiva, de desacato às autoridades e desordem pública.

A 4 de novembro os presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, comunicaram uma greve geral em que as atividades acadêmicas seriam suspensas até que a moral da classe universitária fosse reparada dos danos sofridos, já que consideravam que dificilmente, no Brasil, os estudantes e professores foram tão ultrajados e humilhados.

Os estudantes também exigiam a demissão das autoridades responsáveis pela invasão ao Centro. A 5 de novembro, foram libertados os últimos estudantes de Direito (cerca de 30 pessoas) que ainda estavam presos.

Como era aniversário do nascimento de Rui Barbosa, os estudantes, logo depois de serem libertados, reuniram-se ao redor de sua estátua e desfilaram pelas ruas na direção da Faculdade de Direito, gritando vivas à democracia e morras à ditadura e a Vargas (idem, p.267).

9- Passeata e Tiroteio

Os estudantes tentaram fazer um comício pró-democracia, mas foram impedidos pela polícia. Em protesto, organizaram uma passeata para o dia 9 de novembro que ficou conhecida como “passeata do silêncio” e anunciaram a realização de um comício democrático para este mesmo dia.

O clima era tenso, já que Coriolano de Góis havia elaborado uma nota para os jornais de São Paulo avisando que a Secretaria de Segurança Pública não permitiria nenhum comício que perturbasse a paz e que agiria com rigor contra os que tentassem perturbá-la.

Com o comício proibido, a passeata foi organizada com uma proposta de Ênio de Novais França, de modo a ser realizada em silêncio. Os estudantes amarraram lenços na boca e marcharam lentamente até a praça do Patriarca.

Hélio Mota, após observar o movimento dos policiais na praça do Patriarca e preocupado que houvesse algum conflito entre a polícia e os estudantes, liderou a passeata e orientou-os para que permanecessem em silêncio. A praça estava tomada por uma multidão que aclamava os estudantes, estes, retornaram em silêncio para o

largo São Francisco e foram orientados por Hélio Mota para deixarem o local e voltarem para casa.

Ainda emocionados com a passeata, muitos estudantes não foram para casa e resolveram voltar à praça do Patriarca para dar vivas à democracia. Mesmo não concordando com a continuidade da manifestação, Hélio Mota decidiu acompanhar os estudantes a fim de evitar qualquer tipo de conflito com a polícia.

A polícia, entretanto, não poderia admitir uma manifestação daquele tipo e agiu rapidamente. Quando os estudantes estavam chegando à praça foram parados pelo delegado de polícia Gustavo Cordeiro Galvão, que com arma em punho ordenou que os manifestantes dispersassem, argumentando que a polícia havia sido tolerante demais ao permitir a passeata silenciosa e que novas manifestações não seriam toleradas (Dulles, 1984, p.275).

Os estudantes tendo dado vivas à democracia, decidiram retornar ao largo São Francisco, então, Hélio Mota deu por terminada a manifestação e orientou aos estudantes que no dia seguinte usassem gravatas pretas em público.

Coriolano de Góis, porém, acreditando em um motim, ordenou que, além da Polícia Especial com o batalhão de choque, fosse enviado parte da cavalaria para ajudar a pôr fim à revolta a qualquer custo. Os carros dos batalhões de choque levavam bombas de gás, cassetetes de borracha e armas como fuzis, pistolas e metralhadoras. Os batalhões atiraram para o ar, o povo assustado fugiu do local.

Logo em seguida, a polícia perseguiu os estudantes, Hélio Mota tentou argumentar que os policiais nada tinham para fazer ali já que a manifestação estava encerrada. Segundo Dulles, ao reconhecer Hélio Mota, o major Anísio Miranda falou a seus

policiais: “É esse mesmo, metam bala nele!”. Travou-se então uma discussão entre o major e Mota. Como Mota não atendeu a ordem do major para que o estudante mandasse os manifestantes irem embora, “furioso, o major bateu no rosto de Mota”. Antes que pudesse ter qualquer reação, os policiais bateram nele com seus cassetetes (idem, 278).

Estudantes e populares avançaram contra a Polícia Especial que reagiu rapidamente, alguns atirando em direção ao chão e outros diretamente na multidão matando Jaime Carlos da Silva Teles, comerciário de 20 anos, Domingas Covelli, uma senhora italiana de 65 anos, e deixando vários estudantes e populares feridos. O povo, assustado, dispersou rapidamente. Hélio Mota também conseguiu livrar-se dos policiais e fugir.

É curioso assinalar que na versão da polícia, o major Anísio Miranda aconselhou Hélio Mota a retirar-se do local com seus colegas estudantes, diante da negativa de Mota, o major deu uns empurrões no jovem a fim de que o mesmo se retirasse e que a polícia somente fez os disparos para o ar, para assustar e dispersar os manifestantes, e que um policial vendo seu comandante em perigo fez alguns disparos em direção ao chão, resultando nas duas mortes e ferimentos em alguns estudantes. Podemos perceber nesta versão, quanto os estudantes aparecem como culpados pelo conflito, contrariando as ordens e que a polícia só estava cumprindo o seu dever, tentando manter a ordem (Santos, 1999, p.59).

Se a intenção da Polícia Especial era sufocar o movimento estudantil com o massacre do dia 9 de novembro, fracassou. Discursos condenando aquela chacina foram feitos por estudantes de Direito, no dia 16 de novembro no cemitério da

Consolação onde estava enterrado o comerciário morto. Centenas de pessoas visitaram os feridos e o sangue derramado naquela data encheu de forças os jovens a lutar contra a ditadura imposta no Brasil pelo Estado Novo. A passeata de 9 de novembro é considerada um marco na história dos movimentos estudantis em prol das lutas democráticas do Brasil.

Diante de tantos conflitos, a primeira vitória dos estudantes foi o afastamento do major Anísio Miranda do comando da Polícia Especial e a substituição de Coriolano de Góis do cargo de Secretário de Segurança. Também foram libertados estudantes presos naqueles dias de novembro.

Mas a vigilância e repressão aos estudantes não pararam, nem mesmo com as tragédias acontecidas em 1943. Os dois anos que se seguiram foram marcados por vários conflitos envolvendo estudantes e a polícia. Qualquer movimento vindo dos estudantes era visto pela polícia como uma ameaça à ordem pública.

Na noite de 3 de março de 1944 foi organizado um banquete em homenagem a alguns bacharéis de Direito, formados em 1943. O jantar foi considerado pela polícia como um “comício camuflado”, justificativa dada para que um investigador fosse infiltrado, fazendo-se passar por jornalista. O relato do investigador descrevia uma reunião com discursos revolucionários dos estudantes Germinal Feijó e Lenício Pacheco, pregando greves e revoltas e chegou a confirmar a desconfiança do governo federal de que uma revolução vinha sendo preparada pelos estudantes (idem, p.63).

Muitos estudantes foram presos por participarem de um comício em 23 de agosto de 1944, em comemoração à libertação de Paris da opressão nazista. Os estudantes consideravam a vitória do povo francês como a esperança de que conseguiriam a tão

sonhada democracia para o Brasil. Mas, logo depois, alguns estudantes foram a um bar levando bandeiras dos países aliados na Segunda Guerra. A polícia apreendeu as bandeiras e prendeu os estudantes, entre eles, Germinal Feijó, sob a acusação de fazerem referências desabonadoras às autoridades governamentais e policiais, insultando em vias públicas às autoridades (idem, p. 67).⁶

Além dos comícios, o ano de 1944 seguiu com a distribuição de folhetos mimeografados e de um jornal: a *Resistência*, dirigida por José Bonifácio Coutinho Nogueira, Germinal Feijó e alguns ex-alunos da Faculdade de Direito.

A *Resistência* era um jornal ilegal, que criticava severamente o regime ditador de Vargas, recomendando até mesmo sabotagens, manifestações públicas, greves contra o governo. A *Resistência* publicou apenas quatro edições. O quarto e último número, publicado em agosto de 1944, convocava os operários para a “resistência ao Estado Novo fascista!” (Dulles, 1984, p.313).

Em 1945, surge um problema para os estudantes anti-Vargas: mesmo sob um regime de ditadura que prendeu, censurou e torturou muitas pessoas, Getúlio Vargas conseguiu o apoio e popularidade entre a classe operária, sendo considerado o estadista mais popular e querido pelas massas trabalhadoras da história brasileira. Alguns comícios estudantis foram considerados fracos por não conseguirem o apoio da classe trabalhadora. Surgiu, então, um movimento político conhecido como “Queremismo”. Este movimento reivindicava uma nova Constituinte, com Vargas no poder.

⁶ Este fato também consta dos prontuários do Deops, de número 24274, 24275, 24276, 24279, 24280, 24281, 6697.

Getúlio Vargas foi derrubado em 29 de outubro de 1945 por um golpe militar, pondo fim à ditadura e lançando, depois de tantos anos, eleições presidenciais. Mas para a decepção dos estudantes de Direito, seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, perdeu as eleições para Eurico Gaspar Dutra.

Outros movimentos aconteceram deixando bem claro que os estudantes estavam bastante envolvidos nas questões políticas e educacionais do Brasil. A UNE foi uma grande referência, as frentes tinham suas bandeiras bem definidas e as lutas e reivindicações eram claras.

Os movimentos que aconteciam isoladamente, em determinadas universidades (sem o comando da UNE), acabavam engrossados pelos outros estudantes, até mesmo por mera solidariedade, como foi o caso das greves aqui citadas.

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO
SÉCULO XX E SEUS MOVIMENTOS.

1- Introdução

Com os subsídios recebidos de Portugal os jesuítas fundaram o primeiro colégio, em 1550, na Bahia e já em 1553 iniciava-se um curso de Humanidades, ampliando-se em 1572, com cursos de Artes e Teologia.

A partir do século XVII outros colégios foram surgindo em vários estados, todos gratuitos e públicos, sempre seguindo as normas da Companhia de Jesus. Alguns cursos, como o de Artes, preparavam os alunos para a Universidade de Coimbra.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo marquês de Pombal, o ensino foi praticamente destruído, com novos métodos e novas estruturas totalmente desorganizadas e desestruturadas, ocorrendo o fechamento dos colégios dos jesuítas na Bahia, Recife, Olinda, Piratininga, Rio de Janeiro e Belém, ficando o ensino superior seriamente prejudicado.

Somente com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, houve um amadurecimento da necessidade de transformação do ensino superior, criando-se novos cursos e academias destinados a formar burocratas e especialistas na produção de bens.

Neste capítulo procuro resgatar a história da origem da universidade no Brasil, origem esta improvisada e de caráter imediatista, e demonstrar que a partir de 1930 várias universidades foram criadas na tentativa de corrigir uma lacuna de séculos, decorrente da colonização.

Por isso, muitos apostavam na reforma universitária como a solução dos grandes problemas nacionais, porém, a organização educacional instituída pelo Estado Novo permaneceu a mesma, anulando somente os aspectos mais autoritários da legislação, como por exemplo, a instrução pré-militar nas escolas. No ensino superior foi recuperada a garantia à liberdade de cátedra, excluída na Constituição de 1937.

Embora o ensino superior tenha sido criado há mais de um século, com a vinda da família real para o Brasil, a primeira organização desse ensino, em universidade, só ocorreu em 1920, por determinação do governo federal com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, que surgiu da associação de três escolas superiores já existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. Houve acusações de que as universidades não passavam de “condomínios” de escolas sem nenhuma ação.

A era Vargas presenciou a criação de duas universidades: a Universidade de São Paulo, em 1934, e a do Distrito Federal, em 1935. Mas, o auge das críticas aconteceu no período entre 1946 e 1964, cujas referências para as comparações eram os países desenvolvidos.

2- Chegada da família real e as escolas superiores

Uma das primeiras tentativas de implantação do ensino superior no Brasil partiu dos jesuítas, no século XVI, mas a Coroa portuguesa não aceitou e alguns brasileiros não viam justificativa para tal implantação, quando o mais adequado era que as elites procurassem as Universidades da Europa.

Além disso, o poder monárquico na tentativa de impedir qualquer tipo de desenvolvimento por parte da colônia brasileira, fechou suas fronteiras, negou a implementação da imprensa, da fábrica e da universidade, além de tornar obrigatória a naturalidade portuguesa.

Com a invasão de Portugal, em 1807, pelas tropas do exército de Napoleão Bonaparte, a família real fugiu para o Brasil e, somente com a vinda da Corte para a Colônia, em 1808, começaram a surgir as primeiras escolas universitárias. A estadia forçada da família real fez com que D. João VI abrisse os portos às nações amigas, permitisse o trabalho da imprensa, até então proibida e a entrada de livros, porém, a livre entrada de livros no Brasil só foi efetivada em 1821, na regência de D. Pedro I (1798-1835). Devemos, mesmo que indiretamente, a Napoleão Bonaparte a verdadeira descoberta do Brasil pela Metrópole, bem como a institucionalização do ensino superior.

A implantação do ensino superior no Brasil aconteceu principalmente depois que o acesso às universidades de Coimbra e Montpellier foi fechado em 1808, devido ao Bloqueio Continental praticado por Napoleão, deixando de atender os filhos da

aristocracia colonial. Nasce então um ensino superior que apresentava duas características bem marcantes: profissionalizante e elitista, criado e organizado como um serviço público, mantido e controlado pelo governo, visando à preparação de pessoal para desempenhar diferentes funções na Corte. Estas escolas tinham um caráter nitidamente prático e imediatista, não eram escolas que buscavam o saber pelo saber, mas o saber aplicado e útil.

D. João VI fundou, ainda em 1808, a Academia Real da Marinha, para a formação de oficiais, a Escola de Cirurgia e Anatomia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, para formar médicos e cirurgiões para o Exército e Marinha. Quando chegou ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente criou a 2 de abril de 1808 o Segundo Curso de Anatomia e Cirurgia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1814 o Curso de Agricultura, em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura e em 1818 o curso de Desenho Industrial, todos os cursos visavam atender as necessidades de formação de técnicos para a Corte.

Como já foi dito, a criação das escolas superiores não tinha o intuito de resolver o problema da educação do povo brasileiro, porque nem mesmo havia uma organização quanto ao ensino primário ou secundário que continuou existindo sob a forma das aulas régias, instituídas pelo Marquês de Pombal depois da expulsão dos jesuítas, em 1759.

As primeiras escolas de ensino superior além do caráter imediatista e utilitária ficaram praticamente limitadas ao Rio de Janeiro e Bahia, deixando descoberta a maior parte das províncias e não foi fundado nenhum instituto de pesquisa ou de ensino de disciplinas de interesse cultural (Fávero, 1977 p.22).

Depois da Independência, cria o Imperador D. Pedro I em 11 de agosto de 1827 os Cursos Jurídicos em São Paulo e em Olinda. Durante a regência, na menoridade de D. Pedro II, criam-se em 1832 a Escola de Minas e Metalurgia e 1839 a Escola de Farmácia, ambas em Ouro Preto. Em 1837, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Pedro II. O Imperador D. Pedro II somente instalou a Escola de Minas 34 anos após a criação. Estas foram as escolas superiores oficiais do Brasil até 1889, data da proclamação da República.

Para ingressar em qualquer uma dessas faculdades não era obrigatório freqüentar, nem cursos primários nem secundários. As aulas régias continuaram existindo, sem controle, os professores ensinavam apenas aquilo que era exigido para o ingresso às escolas de ensino superior no Brasil, não era um exame vestibular, mas um atestado de ensino secundário.

Em 1834, os parlamentares brasileiros, promulgaram o Ato Adicional de 1834 à Constituição Imperial. O sistema educativo foi bastante comprometido em seu desenvolvimento, já que cada província do Brasil se tornava autônoma para organizar, de acordo com suas próprias indicações, o ensino primário e secundário. Era a descentralização do ensino.

Poderia haver, portanto, tantos sistemas de ensino primários e secundários quantas fossem as províncias, sem que nenhuma satisfação fosse dada ao governo central, que ficaria responsável pelo ensino superior nacional.

Quanto ao ensino superior, era precária a formação dos professores para os colégios secundários de qual o Colégio Pedro II era o modelo e o padrão, porque depois do curso secundário, o estudante brasileiro, não dispondo de outras escolas senão as de Medicina, Direito e Engenharia, perdia a oportunidade de estudos superiores de humanidades, letras ou ciências como disciplinas acadêmicas o que provocava a formação desses professores pelo autodidatismo.

Após a Proclamação da República, o ensino superior continua preso à idéia de ensino profissional, sem cuidar de outros aspectos da cultura. O que havia era um pensamento de que a Universidade era coisa do passado e o Brasil como país novo não podia querer voltar no tempo. A idéia de investir na especialização era cada vez mais forte, a sociedade que estava sendo construída no Brasil seria uma sociedade de trabalho e, como tal, a velha universidade não acrescentaria muito para essa sociedade.

Somente em 1920, instituída pelo Ministro Alfredo Pinto, a República dá o nome de universidade às escolas profissionais superiores de Medicina, Direito e à Escola Politécnica, que já havia no Rio de Janeiro. Segundo Fávero, o motivo da criação dessa universidade nada mais era do que “preparativos” para a visita do Rei belga Alberto I para as comemorações do primeiro centenário da Independência, ocasião em que seria

entregue o título *Doctor Honoris Causa* e só uma universidade poderia fazê-lo (idem, p.28-29).

Em 1925, a reforma Rocha Vaz preserva a Universidade do Rio de Janeiro e autoriza a criação de outras universidades, segundo o modelo do Rio de Janeiro, nos Estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A década de 20 é marcada ainda pela realização de dois Congressos de ensino, um em 1922 cujo assunto estudado foi melhorias no ensino secundário e superior, o outro em 1927 para reformular os cursos jurídicos da Universidade do Rio de Janeiro. E ainda nos anos vinte houve a realização de dois inquéritos: em 1926, opinaram vários professores sobre o ensino superior e, em 1928 realizado pela ABE sobre a questão universitária, onde a importância da existência dessa instituição já não era posta em dúvida.

Vale a pena reproduzir o trecho do livro de Fávero, com as principais idéias que surgiram desses inquéritos (idem, p.32-33):

- a) Criação de Universidades localizadas nos diferentes pontos do país, que se preocupariam com a transmissão de conhecimentos, com a pesquisa e formação profissional, atendendo às necessidades do meio;
- b) Rejeição à idéia de um modelo único de Universidade;
- c) Necessidade de formação de corpo docente tanto para o curso secundário, como para o curso superior;
- d) Necessidade de integração das Universidades que fossem criadas com os institutos de pesquisa existentes no país;
- e) Instituição do regime de tempo integral, como única forma de trabalho compatível com o trabalho universitário;
- f) A autonomia universitária como uma exigência acadêmica e administrativa.

Chegamos à década de 30 e com ela a Reforma Francisco Campos, que logo após assumir o cargo de Ministro da Educação, elabora três decretos, todos assinados em 1931, sobre as reformas do ensino secundário, superior e comercial: o decreto nº 19.850, que cria o Conselho Nacional de Educação e define suas funções; um decreto geral, de nº 19.851, relativo à organização das Universidades brasileiras e, finalmente, o decreto de nº 19.852, que trata da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior brasileiro.

Considero importante destacar que, desses decretos, surgiram algumas diretrizes para o ensino superior:

- ✓ *A Universidade a deixa de lado o caráter imediatista para dar lugar à formação da cultura nacional com a investigação e a ciência.*
- ✓ *A Universidade passa a exercer um papel social e não apenas didático.*
- ✓ *Para a constituição de uma Universidade era necessário pelo menos três estabelecimentos de ensino superior: a Escola de Medicina, Direito e Engenharia ou duas delas e mais uma faculdade de Educação, Ciências e Letras.*

Além dessas diretrizes, outras como a concessão de relativa autonomia administrativa e didática das Universidades, introdução de concursos de títulos, manutenção do regime de cátedra e reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, faziam parte das finalidades da Universidade na Reforma Francisco Campos, diretrizes estas bastante amplas e demasiadamente otimistas, pois não havia nesta época escolas para todos e as escolas de nível superior, rígidas e elitistas, pouco se

comunicavam com a sociedade de que era parte, tornando-se difícil exercer o papel social a que se propunham.

Somente depois da Reforma Francisco Campos a idéia de Universidade começa a ganhar forma e abrir novas perspectivas. Mesmo assim, a solução encontrada para a criação da universidade não teve fácil aceitação. Não demorou a surgir críticas colocando em exposição a falsidade de atribuir o nome de universidade a um mero aglomerado de escolas que continuavam tão isoladas quanto antes, sem nem mesmo mudarem o currículo e sem nenhum vínculo entre si.

Em março de 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros, assinado por 25 educadores e escritores interessados em problemas educacionais como expressão de um movimento de renovação educacional. O Manifesto dos Pioneiros trazia elementos para uma nova política educacional e para o ensino superior, recomendando a criação de universidades que pudessem exercer as funções de pesquisa, ensino, extensão universitária e popularização da ciência.

Em 1933, Armando de Sales Oliveira, interventor no Estado de São Paulo, instituiu uma comissão para elaborar um projeto para a criação de uma universidade em São Paulo, que seria a primeira organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades.

Em 25 de janeiro de 1934, o decreto nº 6.283 instituiu a Universidade de São Paulo, agrupando as Faculdades de Direito, de Medicina, a Escola Politécnica, a Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiróz, o Instituto de Educação e a Faculdade de

Filosofia Ciências e Letras. A USP tinha como objetivo a formação de professores para o magistério secundário, a realização de estudos e desenvolvimento de pesquisas.

Como podemos perceber o progresso do ensino superior no Brasil foi lento, as idéias de atraso em relação à criação de uma Universidade eram muito fortes, portanto, também se tornava difícil qualquer tipo de manifestação por parte dos estudantes, o que não significa que não houvesse manifestações, elas existiam muitas vezes em caráter individual ou em forma de reação em defesa da pátria.

3- Tentativas de criação da universidade no Brasil

Nos tempos do Brasil Colônia os jovens brasileiros estudavam em conventos e colégios religiosos e a aristocracia local enviava seus filhos às universidades européias, principalmente em Portugal (Coimbra) e França (Montpellier e Bordeaux).

Até o início do século XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas. No século XVIII, esses alunos eram obrigados a um ano apenas no Colégio de Artes de Coimbra para ingresso nos cursos superiores de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia. Brasileiros e portugueses se misturavam na Universidade de Coimbra porque o brasileiro não era considerado um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil (Teixeira, 1989, p.65).

O jovem que não tinha a oportunidade de estudar na Europa permanecia semi-analfabeto, com o ensino apenas das primeiras letras. Com isso, tornava-se difícil

qualquer tipo de manifestação ou reivindicação porque a vida política do Brasil Colônia até o fim do século XVII era quase que inexistente, já que todas as decisões políticas vinham de autoridades de Portugal.

Mas isso não quer dizer que não aconteceram várias tentativas para a criação de Universidades no Brasil. A primeira, que se tem conhecimento, foi no século XVII, na Bahia: na época foi redigida uma petição pela Câmara de Salvador, em 20 de Dezembro de 1662, e enviada por intermédio do Procurador do Estado do Brasil. No documento, jesuítas e parte da população de Salvador desejavam que os cursos de Artes e de Teologia, ambos ministrados pelo Colégio da Bahia, fizessem parte de uma universidade e fossem reconhecidos pelas leis de Portugal. O projeto foi rejeitado. Em 1663, chegara à Corte outro documento também enviado pela Câmara de Salvador, reiterando o documento anterior, porém, desta vez, requerendo a equiparação dos cursos à Universidade de Coimbra. Este documento também foi rejeitado pelo rei de Portugal.

Ainda no século XVII, João Maurício de Nassau que fora governador-geral da colônia holandesa no Brasil, propôs um projeto para a instalação de uma universidade em Recife. Possivelmente a tentativa tenha falhado porque o governo holandês substituiu o governador-geral.

Devemos destacar no século XVIII, o plano dos inconfidentes de Vila Rica que, além da República, sonhavam em implantar, caso os planos políticos da Inconfidência Mineira dessem certo, uma universidade na cidade de Ouro Preto, para atender a necessidade dos brasileiros em relação à educação superior.

Em 1823, ainda sob o efeito da independência do Brasil, o deputado José Feliciano F. Pinheiro, apresenta uma proposta de fundação de uma universidade em São Paulo, este fato acabou motivando a apresentação, por parte da Comissão de Instrução Pública, de um anteprojeto para a criação de duas universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na cidade de Olinda, Pernambuco. O projeto caiu no esquecimento após o Imperador D. Pedro I dissolver a Assembléia Constituinte, em 12 de Novembro de 1823.

Com a promulgação da primeira Constituição do Brasil (1824), constava no Artigo 179, parágrafo 33, a criação de uma universidade para o Brasil e mais uma vez o projeto não saiu do papel.

Outras tentativas como a do deputado Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana, que apresentou um anteprojeto criando uma universidade que seria constituída pelas seguintes unidades: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Teologia, Faculdade de Matemática. Também este projeto fora reprovado.

Como podemos perceber várias tentativas de instituir universidade no Brasil até a primeira metade do século XIX foram impedidas pela limitação de visão dos governantes de Lisboa, do Rio de Janeiro e fortes forças conservadoras. Isto não quer dizer que a colônia não dispusesse de pessoas com nível universitário, eram jesuítas, carmelitas e franciscanos que mantinham aulas nas quais estudavam Filosofia, Teologia e Gramáticas Latina, Grega e Portuguesa. O problema é que eram restritas a uma minoria sacerdotal (Souza, 1997, p.18).

Depois de tantas frustrações, o projeto da universidade ficou esquecido no Congresso Nacional, até que, em 1870, o interesse pelo tema foi retomado após um anteprojeto apresentado pelo Ministro do Império Paulino José de Souza, que sugeria a criação de uma universidade na Corte. O anteprojeto apesar de recusado chamou a atenção para as discussões relativas ao ensino superior. Em 1879 o então Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho apresenta um projeto que ficou conhecido por decreto da reforma do ensino livre, isto é, o aluno tinha a liberdade de freqüência às aulas, de fazer exames antecipados, etc. O decreto dava ao professor a livre docência e a mulher, pela primeira vez, a possibilidade de freqüentar determinados cursos, sempre ligados à área da saúde.

Esse decreto causou muita polêmica e discussões entre o Ministro e o corpo docente e discente da Escola Politécnica que repudiava o decreto. Mas o decreto foi aprovado pelo Imperador D. Pedro II e recebeu o número 7247, de 19 de Abril de 1879. O decreto 7247 é um bom exemplo de universidade descentralizada.

Ficou a cargo de José Francisco da Rocha Pombo, jornalista, poeta e historiador, a última tentativa do século XIX em estruturar uma universidade, chegou a receber ajuda do Comendador Macedo para que o Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva assinasse uma lei que havia sido aprovada pelo Congresso Legislativo do Paraná, lei esta de nº 63, de 10 de dezembro de 1892, que concedia a Rocha Pombo a concessão por cinqüenta anos para fundar e explorar uma universidade em Curitiba. Mas esta universidade não passou da pedra fundamental e também foi arquivada e esquecida.

Finalmente chega o século XX e com ele também volta a inspiração para se tentar fundar uma universidade no Brasil. Algumas tentativas foram frustradas até que, em 5 de Abril de 1911 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, Decreto nº 8659, que permitia dentre outras coisas, a criação de estabelecimentos de ensino superior pertencentes à iniciativa privada e a livre docência. A partir desta lei surgiram várias instituições de ensino superior.

O problema é que a maioria destas instituições de ensino superior não levava a sério o propósito da criação de universidade no país. Então, essas instituições não sobreviveram muito tempo, e pouco a pouco foram sendo fechadas.

Em 1912 nasce no Paraná uma universidade, a primeira no país, mas que sem criar raízes sólidas, fecharia depois de três anos. Somente em 1920, pelos motivos já citados, surgiria a Universidade do Rio de Janeiro, organizada a partir de escolas superiores já existentes: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. Assim, se forma um modelo de universidade, que seria reproduzido por muito tempo: a reunião de vários cursos isolados, que teria apenas a Reitoria como traço comum a todos. Em 1935, a Universidade do Rio de Janeiro se converteria em Universidade do Brasil.

4- A Fundação da USP

Como já foi dito, a primeira universidade de fato organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades, foi fundada em 1934 na cidade de São Paulo: a

Universidade de São Paulo (USP). Após alguns incidentes de caráter político e econômico entre o Estado de São Paulo e o Governo Central que culminou na Revolução Constitucionalista, no cerco militar e derrota de São Paulo, o governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira resolve investir recursos que viesse resgatar, as perdas políticas sofridas para o Governo Central.

Foi criada uma Comissão Organizadora, presidida por Júlio de Mesquita Filho e tendo como membros Paulo Duarte e Fernando de Azevedo, para fundar a USP em 25 de janeiro de 1934, acrescentando à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras as já existentes de Direito, Medicina, Politécnica, Agronomia, Farmácia e Odontologia, Instituto de Educação Caetano de Campos e Medicina Veterinária.

A USP foi criada como um grande centro de pesquisa científica básica associada ao ensino, e atuando em algumas áreas do conhecimento, como ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas. Mesmo sendo composta de faculdades existentes e atender a elite paulista, a USP como instituição era dotada de uma filosofia muito diferente de outras instituições onde a preocupação era com as escolas profissionalizantes e o interesse pela pesquisa científica não existia.

A USP inovou pelo caráter de ensino, pesquisa e extensão destacando-se o papel da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que acabaria com o isolacionismo das faculdades já existentes, que funcionavam fragmentadas quer física ou academicamente.

A idéia era transformar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em uma espécie de tronco por onde passariam os alunos de todos os outros cursos. O vestibular não

seria mais feito para este ou aquele curso, mas se tornaria obrigatório a todo aluno passar pelo tronco comum antes de optar pela área profissional (Souza, 1997, p.24).

O projeto da USP enfrentou muitas dificuldades de implantação, esbarrava nas instituições conservadoras que não aceitavam mudar a tradição do ensino, num clima totalmente desfavorável e cheia de contradições.

A controvérsia referente a Faculdade de Filosofia fixava-se essencialmente ao fato das escolas profissionais não aceitarem a centralização das disciplinas consideradas básicas. Essa negativa, muito contribuiu para que, após 1938, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras viesse a se tornar, como as demais escolas existentes no país, uma escola de caráter profissionalizante, voltada, em grande parte, para a formação de professores secundários.

Outro problema era a ausência de um *campus* para reunir todos os cursos. A Faculdade de Medicina, por exemplo, funcionava em Pinheiros, a de Direito no Largo São Francisco, a de Odontologia no Bom Retiro, a Politécnica na Luz. Mesmo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não tinha onde funcionar e acabou ocupando alguns porões do prédio da Faculdade de Medicina (*idem*, p.25).

Foi a república populista quem assistiu à fundação das primeiras cidades universitárias, inspiradas nas universidades norte-americanas. A grande dificuldade foi reunir as diversas faculdades, pois exigia um grande espaço, somente disponíveis na periferia, o que automaticamente implicava na retirada dessas faculdades das cidades.

O projeto da cidade universitária certamente foi um dos casos mais grandiosos deste enquadramento, merecendo até mesmo um manifesto redigido por Fernando de

Azevedo e assinado pelos representantes da comissão organizadora da universidade, em 1934.⁷

5- Expansão e Integração do Ensino Superior no Brasil – 1946-1964

A política educacional do Estado Novo definia uma estruturação que conduzia o ensino médio diretamente ao ensino superior, desde que cumpridas algumas exigências adicionais de complementação curricular sempre que necessário. Assim, o aluno que terminasse o ginásio poderia se matricular nos cursos técnicos, mas o contrário não era permitido a não ser que fossem cumpridas essas exigências especiais.

Em contrapartida a essa política educacional dual, no qual havia o ensino secundário, propedêutico ao ensino superior, destinados à formação das elites, e o ensino profissional para a formação das massas, surge o ensino livre, flexível e aberto, que passou a tentar eliminar as barreiras que se levantaram entre o ensino secundário e o ensino profissional, e destes dois com o ensino superior. Esta concepção somente tomou consistência com o projeto de lei de diretrizes e bases, de 1948.

Mesmo com a atenuação da dualidade no ensino, a discriminação continuava porque, se por um lado aumentavam as oportunidades de escolarização para o ensino de 2º grau pelo aumento de vagas, por outro, o currículo e a qualidade de ensino não eram o mesmo para todos e as chances de aprovação estavam desigualmente

⁷ “Manifesto ao povo e ao governo” publicado no jornal o Estado de São Paulo, 29 de maio de 1952, p.7.

distribuídas, principalmente se o curso era feito no período noturno, de menor duração e pouco exigente.

Foram tomadas medidas pelo Estado no sentido de produzir a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sistema escolar. A primeira medida foi a Lei nº 1.076, de março de 1950, durante o governo Vargas, assegurando o direito de matrícula nos cursos do 2º ciclo (clássico e científico) aos egressos dos cursos comercial, industrial e agrícola do 1º ciclo, estipulando como única restrição a aprovação em exames das disciplinas do ginásio não estudadas naqueles cursos (Cunha, 1983, p.79).

Na realidade, esta restrição foi eliminada pela pressão dos estudantes para que fossem incluídas no currículo destes cursos, as disciplinas do ginásio que até então não constavam dos cursos profissionais.

Depois da implantação das “leis de equivalência”, os exames vestibulares passaram a ser a grande barreira para que as camadas médias pudessem ingressar no ensino superior. Uma Lei, nº 1.392 de 11 de julho de 1951, foi promulgada para que as instituições particulares de ensino superior matriculassem os alunos excedentes, isto é, estudantes aprovados nos vestibulares, mas não matriculados por falta de vagas naquele ano. Os estudantes deveriam ser matriculados pela ordem decrescente de notas, em turmas criadas especialmente para esse fim.

Em março de 1953, a lei nº 1.821, regulamentada pelo decreto nº 34.330, de outubro deste mesmo ano, ampliou os caminhos para o ensino superior, estendendo a possibilidade de inscrição nos exames vestibulares aos concluintes do 2º ciclo dos

cursos industriais, agrícolas e normais, assim como aos egressos dos seminários maiores. O decreto nº 34.330 restringia, porém, os cursos que os egressos dos cursos profissionais poderiam prestar nos exames vestibulares, por exemplo, os do ensino comercial ficavam restritos aos cursos das faculdades de ciências econômicas e direito, aos de jornalismo, geografia, história e ciências sociais, aos formados pelas escolas normais poderiam fazer os cursos de pedagogia e letras. Assim, apenas os concluintes do 2º ciclo do ensino secundário poderiam se candidatar a qualquer curso superior (idem, p.80).

No decorrer dos anos 50 e principalmente 60 o Brasil torna-se mais complexo no que se refere à urbanização e industrialização, as emergências das camadas médias urbanas começam a entrar em evidência. Ao longo desses anos o ensino superior sofreu o impacto de duas ideologias: o *populismo* (sob o impacto do populismo ocorreu o primeiro surto de expansão do ensino superior)⁸, e o *desenvolvimentismo* (procurava adequar as propostas de reforma da Universidade ao processo de desenvolvimento econômico e social do país).(Mendonça, 2003, p.506-07).

Não faltaram projetos ambiciosos de expansão do ensino médio, como o do deputado federal Carvalho Netto que apresentou à Câmara um projeto de lei que extinguiu os exames vestibulares, as vagas neste caso, para o ensino superior deveriam ser preenchidas pelos alunos que obtivessem as melhores notas nas três séries do 2º ciclo da escola de 2º grau. Enquanto isso, o governo teria um prazo de três anos para instalar novas escolas, ampliando assim o número de vagas para atender

⁸ Do ponto de vista do número de alunos matriculados, neste período houve um aumento de 236,7%, a explicação para essa expansão talvez esteja no aumento da demanda ocasionado pela ascensão das camadas médias (Fávero, 2003, p.506).

toda a demanda. O projeto não teve sucesso, sendo considerado antidemocrático por incentivar o aumento nas despesas com o ensino superior, considerado grande em relação aos outros graus.

Outro projeto bastante ambicioso de expansão foi O Plano Trienal de Educação, de 1963/65, que previa investimentos altos para a implantação de cursos paralelos aos existentes com o objetivo de se duplicarem as matrículas nas primeiras séries.

Esse projeto foi rapidamente superado pela ousadia de um decreto de Goulart, o decreto nº 53.642 de fevereiro de 1964, que instituía um Programa Nacional de Expansão de Matrículas, que previa a duplicação das vagas no primeiro ano das escolas superiores das áreas de saúde e tecnologia. Os estabelecimentos de ensino interessados neste projeto deveriam apresentar um plano ao MEC, que destinassem os recursos financeiros pretendidos e os processos a serem utilizados, já incluídos o plano de duplicação de turmas, o aproveitamento dos professores existentes e a contratação de novos. O golpe militar de 64 fez com que o programa fosse suspenso.

Na mesma linha de expansão do ensino superior, surgiu o mecanismo de unificação de exames vestibulares. O vestibular unificado foi realizado pela primeira vez em 1964 pelas escolas de currículo biológico associadas ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, o IBCEC, que organizaram o CESCEM – Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas – eram elas: Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Bioquímica e Faculdade de Medicina Veterinária, da USP; Escola Paulista de Medicina; Faculdade de Medicina de Sorocaba, da PUC/SP; Faculdade de Medicina, da Universidade de Campinas; Faculdade de Ciências Médicas

e Biológicas de Botucatu – o sucesso dessa unificação levou as mesmas instituições a criarem a Fundação Carlos Chagas para manterem o projeto.

A grande vantagem para os estudantes, anunciada neste projeto, era de diminuir as despesas com taxas de inscrição, evitar o deslocamento para outras cidades a fim de prestarem os exames e de não coincidirem as datas do vestibular. Para as faculdades também haveria diminuição de gastos com as provas e no aproveitamento dos melhores alunos já que o problema financeiro seria resolvido com apenas uma inscrição (Cunha, 1983, p.88-89).

A universalização do vestibular unificado foi promovida pela reforma universitária de 1968, cujo objetivo também incluía não deixar vagas ociosas nas faculdades com menor procura.

Desde o início do século XIX, que o ensino superior oficial no Brasil foi pago. Somente com a Constituição de 1946 os estudantes que comprovavam a falta de recursos conseguiam ajuda pecuniária dos poderes públicos para prosseguir no curso. Mas, certos setores do Estado no início da República já defendiam que essa gratuidade fosse estendida a todos.

Os estudantes universitários começam então um movimento de reivindicação pela gratuidade do ensino superior para todos, exigindo do Estado o subsídio necessário à sua ascensão educacional.

O interessante é que a solução para resolver este impasse foi encontrada sem alarde, sem uma lei ou decreto que abolisse de uma hora para outra as taxas nas

escolas superiores oficiais. As taxas foram mantidas em seu valor, não sendo corrigidas pela inflação até que, não valesse a pena mais cobrá-las, por tão baixas que eram.

Em contrapartida a essa solução, muitos estabelecimentos de ensino superior que eram mantidos pelos municípios e pelos governos estaduais passaram a ser custeados e controlados pela União, através do Ministério da Educação. Assim, por força da deterioração dos orçamentos e das reivindicações estudantis pelo ensino gratuito, surgiu a Lei nº 1.254, de dezembro de 1950. “federalizando” estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, municípios e até mesmo por particulares. No período de 1954 a 1961, nove escolas superiores foram federalizadas pelo MEC, mas em 1962 o Conselho Federal de Educação (CFE) opôs forte resistência a esse projeto, justificando essa oposição à falta de recursos (idem, p.91-92).

Em setembro de 1962, o CFE entregou um plano ao Ministro da Educação, que cobria o período de 1963 a 1970, cuja meta principal era matricular pelo menos a metade dos alunos que terminassem o 2º grau e de estender o regime de tempo integral a pelo menos 30% de professores e aluno. O CFE recomendava também um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e que não se criassem mais escolas ou universidades federais, mas que se procurasse aumentar as matrículas por ganhos de produtividade, eliminando a duplicação de magistério, laboratórios e equipamentos. Quanto ao problema da falta de recursos, o CFE lembrava que a Constituição e a LDB só asseguravam a gratuidade do ensino superior oficial aos alunos que comprovassem falta ou insuficiência de recursos.

Na verdade, o projeto do CFE esperava um crescimento da renda nacional que resultasse automaticamente em recursos maiores para a educação.

No período de 1954 a 1964 houve uma aglutinação de universidades cuja organização era facilitada pelo decreto lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, que apresentava um critério diferente do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, onde uma universidade precisaria ter, pelo menos três institutos de ensino. No decreto de 45, somente dois deles deveriam estar dentre os institutos de ensino. Assim, se uma das três faculdades fosse a de filosofia, a outra deveria ser escolhida entre direito, medicina ou engenharia, a terceira poderia estar fora desta lista.

Vejamos as escolas superiores criadas desde a vinda da família real ao Brasil até o final do ano de 1960:

Período de:	Escolas superiores criadas	Total
1808 a 1890	14	14
1890 a 1930	72	86
1930 a 1945	95	181
1945 a 1960	223	404

Deste total⁹ havia 16 universidades existentes em 1954 e o ensino superior chegou ao fim de 1964 com 39 universidades. Podemos considerar como os principais

⁹ Extraí os dados da expansão de 1808 a 1960 de: Anísio Teixeira, A expansão do ensino superior no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v.36, n83, jul/set. 1961. p.3-4.

responsáveis por essa expansão do ensino superior os Estados, porque todos queriam ter a sua universidade.

Mas o aumento da oferta das universidades não foi suficiente para atender ao número de inscritos e aprovados nos vestibulares, ocasionando assim, o fenômeno dos “excedentes”, candidatos aprovados, mas impedidos de se matricularem por falta de vagas.

O problema dos excedentes reforçou uma crise que vinha se desenrolando e que levaram a várias tentativas de alterações no panorama da educação escolar no Brasil. A medida que o movimento pela reforma universitária se intensificava, o Estado passou a incorporar essa bandeira e depois de 1964, por entusiasmar-se completamente apoiando à modernização do ensino superior.

A partir da década de 50, com a industrialização e o crescimento econômico, se torna mais evidente a necessidade de uma transformação no ensino superior do Brasil. Com as transformações econômicas e sócio-culturais ocorrendo simultaneamente a esse processo, a tomada de consciência da situação das universidades ocorreu tanto no ambiente universitário, por parte dos estudantes e professores, como fora dele.

Várias questões ligadas à estrutura e organização das universidades começaram a se tornar constantes nos debates, como por exemplo, o papel dessa universidade em uma sociedade em desenvolvimento, o aumento das vagas, a ampliação e expansão dos cursos, a qualidade do ensino, enfim, como formar uma universidade de fato.

Segundo Vieira Pinto: “(...) *A reforma tem de ser feita de fora para dentro, por via política e por força do potencial social adquirido pela classe estudantil nas suas ações*

de rua, na participação progressiva em todos os grandes problemas que dividem a opinião pública, numa luta cujo palco não é a aula, mas o comércio” (Vieira Pinto, 1962, p. 93).

Na verdade, Vieira Pinto critica àqueles que discutem a reforma universitária com tom pedagógico ou jurídico com propostas de reformas internas na estrutura e funcionamento das escolas e no regime curricular, que considera importante, mas afirma que o ponto de partida para essa discussão, segundo a perspectiva sociológica, está em discutir as causas que permitem a entrada de alguns alunos para a universidade e de outros não (excluídos) e que só depois de inserir a universidade no âmbito dos problemas da sociedade brasileira, devemos examinar os aspectos internos dela. Portanto, não se trata de mudar a forma, mas de mudar o conteúdo dela, a fim de permitir a inserção das massas a serviço de seus próprios interesses, deixando de ser um centro de distribuição da alienação cultural do País.

Os estudantes tendo compreendido que a reforma universitária teria que estar incluída na reforma geral da sociedade e que os interesses eram os mesmos dos setores operários tiveram um importante papel na reforma do ensino superior, a partir de 1961 com a participação em eventos como seminários¹⁰, discussões e reivindicações de modernização do ensino. Mas não vou me deter, à problemática da reforma universitária, que é muito complexa e atual e envolve várias questões políticas e econômicas que fugiriam da proposta deste trabalho. O que se pode dizer é que a

¹⁰ Em 1961, a UNE promoveu o I Seminário Nacional dos Estudantes, que resultou na Carta da Bahia. O Seminário apontava como propostas principais: a democratização da educação em todos os níveis; a abertura da universidade ao povo; a articulação com os órgãos governamentais, colocação da universidade a serviço das classes mais pobres, prestando-lhes assistência. O II Seminário foi realizado em Curitiba, com algumas revisões da Carta da Bahia e com a preocupação de reorganizar os currículos recomendando o conhecimento da realidade nacional (Mendonça, 2003, p.516).

insatisfação e incerteza quanto ao futuro da educação no Brasil não superam as dúvidas sobre o lugar que o ensino superior deveria e deve ocupar na sociedade.

CAPÍTULO 3

ESPECIFICIDADES DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS:

PAUTA E AGENDA

1- Introdução

A história política do Brasil foi marcada pela participação dos estudantes em todo o país e foi, principalmente durante o Estado Novo que as manifestações estudantis se tornaram mais nítidas e com maior compreensão política dos problemas nacionais.

Seja através de agremiações ou dos que atuavam isoladamente, o estudante universitário é um dos agentes cuja influência é politizadora. A adesão às greves não era difícil de serem conquistadas, pois, na maioria das vezes a massa estudantil reagia positivamente à decretação da greve, mesmo sem estar, nos momentos iniciais, informada sobre a natureza exata dos objetivos que se pretendiam alcançar. Segundo Marialice Foracchi, a avaliação dos fatores que realmente estavam em jogo só era obtido durante a greve e não antes dela (Foracchi, 1965, p.226).

As inclinações dos estudantes para um lado ou outro de um movimento dependiam dos efeitos sofridos quando recebiam uma determinada causa. Nas escolas superiores, o movimento estudantil sempre foi mais forte, embora adotassem denominações próprias e tivessem uma certa autonomia, havia uma certa correspondência entre os diretórios e partidos acadêmicos, que atuavam no âmbito da sociedade civil.

Mesmo antes da fundação da UNE os estudantes tentavam se organizar para lutar pelas causas que acreditavam serem justas. O estudante no Brasil Colônia lutou desde a expulsão dos invasores franceses até a inconfidência mineira. O estudante no Brasil Império participou dos movimentos pela fundação das primeiras universidades às campanhas abolicionistas e republicanas, que assim que satisfeitas suas exigências e

reivindicações mais instantâneas de progresso e justiça no país, a juventude se aquietou no alvorecer da primeira república.

Logo que perceberam que a república instalada não era a república pelo qual haviam lutado, os estudantes entraram em ação novamente na campanha nacionalista e no movimento constitucionalista de São Paulo, como já citado no capítulo 1.

Até a criação da UNE os estudantes sempre lutaram pela hegemonia no meio acadêmico. A partir de sua fundação, não foi mais possível ao Estado ignorar o potencial político dos estudantes, principalmente nos momentos mais críticos do país, colocando em sobressalto o governo e a classe dominante que começa a ver as massas estudantis como inimigos.

Esse reconhecimento tornou vital a tentativa de controlar a representação estudantil nas instituições de ensino superior, usando muitas vezes de violência e agressões aos estudantes proibindo suas manifestações. Como exemplos dessas tentativas temos o “peleguismo estudantil”¹¹, o intercâmbio cultural e quando não era conseguido o controle, o Estado acionava a polícia como modo de repressão.

A UNE representa, como organização, o mais importante marco divisor da participação estudantil ao longo da história. É claro que essa organização estudantil teve altos e baixos, conflitos internos e externos como o rompimento com a Casa do Estudante que culminou no despejo da UNE das dependências que vinham ocupando na sede daquela casa.

¹¹ Ocorria distribuição de empregos aos líderes estudantis, como já se fazia para a classe trabalhista.

Considerado por muitos escritores como “os melhores tempos da UNE”, o período de 1942 a 1945, onde sérias divergências entre os estudantes e Vargas aconteceram: da primeira grande passeata em 04 de julho de 1942 ao assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho.

A intenção desse capítulo é citar e discutir alguns movimentos estudantis, entre 1930 e 1964. Antes, porém, se faz necessário resgatar um pouco da história em relação à organização e reunião de estudantes.

Uma das primeiras fontes de pesquisa que tive acesso foram os documentos que se encontram no CDAPH (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação)¹², fontes de pesquisa preciosas, pois, relatavam com destaque os movimentos estudantis que aconteceram no período de 1951 a 1953, com alguns veículos de comunicação se posicionando a favor dos estudantes e outros totalmente contrários à idéia das greves.

A grande dificuldade que encontrei, foi em relação à literatura, pois, no que diz respeito aos relatos específicos dos movimentos, muito pouco foi publicado. Mas, sem dúvida obras como “Movimento Estudantil no Brasil” de Antonio Mendes Jr.¹³, ou ainda, “O Poder Jovem”, de José Poerner.¹⁴, acrescentaram muito em minhas pesquisas.

¹² Foi pesquisando o acervo da Fundação Ernesto Leme (artigos e documentos) que pude coletar dados importantes para escrever a dissertação.

¹³ Mendes Jr, Antonio, Movimento Estudantil no Brasil, Tudo é história 23; S.P.Brasiliense, 1981.

¹⁴ Poerner, Artur José, O Poder Jovem; Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1979.

2- PERFIL DO ESTUDANTE EM SÃO PAULO.

O estudante universitário era mantido pela família e aceitava esta condição, considerando como obrigação e responsabilidade desta a manutenção de seus estudos. O jovem não tinha a perspectiva de retribuição imediata desta manutenção, mas, um compromisso futuro de fazer o mesmo pelos filhos (Foracchi, 1965, p.18-19).

Nem sempre, o curso era de livre escolha do jovem ou o mais satisfatório. Às vezes, ao longo do curso, o jovem descobria que sua verdadeira vocação estava fora do campo de estudo escolhido. Porém, como não havia a obrigação da retribuição, o jovem atribuía aos pais a responsabilidade da escolha do curso (idem, p.34).

A família conferia grande importância ao curso superior porque o jovem, embora seja produzido socialmente por fatores que modelam seu comportamento, também era visto como agente de transformação da situação familiar e como elemento da continuidade da sua posição no sistema (idem, p.58).

É claro que existiam os estudantes que trabalhavam para manterem os estudos e em alguns casos, o jovem da camada média ou baixa só poderia transformar-se em estudante universitário através do trabalho. Mas esta condição não tirava deste jovem a expectativa de obter, com o trabalho, prática para complementação profissional e contribuição para sua formação.

3- ABOLIÇÃO E REPÚBLICA.

Foram estas duas campanhas que impulsionaram as primeiras tentativas de organização do movimento estudantil brasileiro, com discussões dentro da universidade, comícios políticos e propaganda pela imprensa de modo mais coletivo e amplo, não envolvendo exclusivamente intelectuais ricos, mas também setores de camadas médias e baixas. (Poerner, 1979, p.53).

As mobilizações já não tinham caráter individualista e giravam em torno de bandeiras (palavras de ordem). Começam então os primeiros sintomas da entrada dos estudantes na cena política do país, através de associações, sociedades acadêmicas ou clubes acadêmicos, na tentativa de se organizarem.

No início, as lutas dos estudantes eram de caráter nacionalista e constitucionalista, contra o domínio de Portugal e o autoritarismo de D. Pedro I. Já na fase regencial, entre 1831 e 1840, os estudantes participaram da Revolução Farroupilha, RS, 1835 e na Sabinada, Ba, 1837, mas esta participação não acarretou grandes destaques.

Em 1840, após a maioridade do Imperador D. Pedro II, os estudantes, mais calmos, dedicaram-se à literatura, época em que se destacaram Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, José de Alencar e José Bonifácio todos, então, na Faculdade de Direito de S. Paulo.

A poesia começa se tornar socialmente participante, com Castro Alves e Tobias Barreto na Faculdade de Pernambuco, o ideal abolicionista cresce e devolve aos estudantes o caráter político de seus movimentos.

Até 1860, a poesia tomou o lugar da política na vida dos estudantes. Esta trégua era, de vez em quando, quebrada com lutas internas entre acadêmicos de Direito conservadores e liberais.

Outra manifestação ocorreu em 1852, quando um grupo de acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia, fundou a primeira associação estudantil destinada a alforriar escravos: a Sociedade Dois de Julho. Em 1856, a Faculdade Paulista também organizaria uma sociedade libertadora, que alforriou apenas uma escrava (idem, p.55).

Em São Paulo, os ideais abolicionistas encontram dois futuros presidentes da República, Afonso Pena e Rodrigues Alves, bem como Rui Barbosa e Castro Alves, transferidos de Recife.

Após a morte de Castro Alves, têm início à formação de grupos e sociedades para auxiliarem na fuga de escravos. Destacam-se neste período Raul Pompéia, em S.Paulo e Brício Filho, no Rio de Janeiro e depois na Bahia.

Não demorou e os estudantes tiveram a adesão da juventude militar, fundando a Sociedade Libertadora e a causa que nasceu nas Faculdades pouco tempo depois estava ganha (idem, p. 56).

Muitos estudantes se concentravam mais na causa republicana por considerar que a abolição viria naturalmente após a proclamação da República. Surgem então, Clubes Republicanos Acadêmicos em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, sempre com a participação da juventude militar.

Esses movimentos em favor da abolição e da proclamação da república, fizeram com que os estudantes definissem seu movimento como um movimento social de

caráter político, dado o grande impacto que suas reivindicações causavam na sociedade brasileira. Com o passar do tempo, a consciência da importância política que exerciam foi se consolidando e os estudantes se engajaram nas lutas em defesa dos professores, dos trabalhadores, das mulheres, participaram das manifestações contra o massacre de canudos, campanhas presidenciais, etc. Contudo, até o início do século XX, por falta de uma organização geral que possibilitasse uma unidade de âmbito nacional, muitos movimentos acabavam “esfriando” e as lutas tornavam-se locais.

Após a proclamação da República os estudantes ainda participaram da Revolta do Vintém, contra o aumento de preço em um vintém do bonde no Rio de Janeiro. Luta que estava totalmente fora dos ideais abolicionistas e republicanos. Para abafar o movimento houve intervenção militar.

Vencidas as lutas pela Abolição dos Escravos e pela Proclamação da República, os jovens estudantes não tinham mais bandeiras a serem levantadas, porque a sensação de dever cumprido e de justiça estavam sendo totalmente realizadas, então houve um período de calma em relação aos movimentos estudantis.

Uma vez superado essa sensação de tranquilidade após a proclamação da República, os estudantes voltaram à cena com mobilizações e reivindicações que muitas vezes tornavam-se dispersas pela falta de um organismo que coordenasse esses movimentos.

Mesmo com a falta de organicidade registram-se algumas manifestações esporádicas, promovidas principalmente pelos alunos da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um exemplo dessas manifestações foi a

participação desses estudantes no protesto popular contra o aumento do preço das passagens dos bondes, em junho de 1901, sendo imediatamente reprimidos pela polícia.

Essa monotonia estudantil foi quebrada com uma tragédia ocorrida em setembro de 1909, no Rio de Janeiro, quando a violência e repressão da polícia entrariam para a história dos estudantes como “A Primavera de Sangue”. Depois de uma passeata reprimida pela Brigada Policial, cujo comandante General Sousa Aguiar, se recusou a receber os jovens que foram reclamar da atitude tomada pela brigada; os estudantes resolveram promover uma passeata com o enterro simbólico do comandante, com um estudante representando o padre e outros estudantes conduzindo um caixão e uma coroa de palha com os dizeres: “*Ao General Sousa Aguiar*”, os estudantes, e nas laterais: “*Morreu o General Sousa Aguiar. Orai por ele*” (Poerner, 1979, p.80-81).

Apesar de tudo não passar de uma brincadeira de mau gosto, soldados da brigada que estavam a paisana, investiram cacetes e punhais contra os estudantes. A Brigada Policial veio em seguida e o resultado foi a morte de dois estudantes e muitos feridos.

O atentado teve repercussão nacional, com grande destaque na imprensa, principalmente a do Rio de Janeiro. A partir de tão grande repercussão, uma ordem do comando da Força Policial, proibiu os policiais de agredirem a população, sob nenhum pretexto ou ordem de qualquer autoridade, salvo em defesa da própria vida. O policial que transgredisse esta ordem estaria sujeito à pena de rigorosa punição. Percebe-se que os estudantes foram os mártires que beneficiaram os cidadãos, controlando a violenta polícia da época.

4- Gestão Ernesto Leme

Ernesto Leme nasceu em Bragança Paulista, a 30 de dezembro de 1896, Filho de Candido de Moraes Leme e de Maria da Conceição Leme. Ingressou em 1915 na Faculdade de Direito de São Paulo, colando grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 5 de dezembro de 1919. Doutor em direito pela mesma faculdade a 17 de março de 1934, tendo sido professor dessa faculdade desde então até se aposentar em 1966.¹⁵

Foi professor do Grupo Escolar de Bebedouro (1915-1919). Promotor de Resíduos da Comarca da Capital (1931-1934). No período de 1934 a 1966 foi professor catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Deputado da Assembléia Constituinte e Legislativa de São Paulo (1935-1937) pelo Partido Constitucionalista, em 1945 passou a compor os quadros da UDN (União Democrática Nacional)¹⁶.

Ernesto Leme também foi Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (USP, 1946) e reitor da Universidade de São Paulo (1951-1953). Em 1952 foi Presidente do Primeiro Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras. Delegado Permanente do Brasil nas Nações Unidas, na categoria de Embaixador (1954-1955). Ainda em 1954, foi presidente da Comissão de Desarmamento da ONU (fevereiro), Presidente do Conselho de Segurança (julho) e Presidente da Delegação do

¹⁵ Fundo Ernesto Leme - acervo, CDPAH, Universidade São Francisco, Bragança Paulista.

¹⁶ Idem.

Brasil à IX Assembléia Geral da ONU. Exerceu o cargo de Secretário da Justiça do governo de São Paulo (1964-1965)¹⁷.

Recebeu título de Professor Honorário da *Facultad de Derecho de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, (Lima-Peru), em 1951. *Doutor Honoris Causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), em 1952. Diplomado *Honoris Causa* pela Escola Superior de Guerra (1959). Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1967). Medalha de prata da Universidade de Bolonha (Itália) em 1953¹⁸.

Os primeiros anos da década de 50, quando Ernesto Leme responde pela Reitoria da USP, são os que apresentam maior freqüência nos contatos formais entre USP e órgãos de segurança. Por diversas vezes, Leme pede a colaboração do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) quando aconteciam as greves. Em 1951, por exemplo, é ele quem solicita ao delegado-chefe do Serviço Secreto do Dops informações a respeito dos principais dirigentes do “movimento comunista” em no Estado de São Paulo, que tinham ligações com a USP, como alunos ou professores¹⁹.

No mesmo ano, Ernesto Leme acrescenta uma lista de 12 nomes que caracterizariam esse tipo de militante, vinculados às faculdades de Medicina, Direito e Filosofia. A busca incessante por comunistas em todos os cantos, iria perdurar durante

¹⁷ Idem.

¹⁸ idem.

¹⁹ A partir de 1948, tornou-se comum o envio de relações nominais de professores e alunos envolvendo órgãos oficiais da USP em colaboração com órgãos policiais, de forma que o Serviço Secreto do DOPS pudesse observá-los, qualificá-los, registrar suspeitas e acusações (Revista Adusp 13, Abril/1998).

os anos seguintes e a prática de nominar seus professores comunistas parece ter sido uma constante na gestão Ernesto Leme.

Ainda em 1951, depois de 30 dias de greve dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, num movimento que, segundo os relatos do Dops, inicia-se pela recusa da contratação do arquiteto Oscar Niemeyer pelo Conselho Universitário, o reitor Leme pede que o Dops auxilie na questão a respeito da atuação política de alguns professores, como Villanova Artigas, Romeu Sofredini, Ruy Machado e Fanny Blinder. Depois de meses de paralisação e da reabertura da Faculdade, com a aprovação de regimento próprio e a nomeação de um diretor efetivo, um relatório interno do Serviço de Segurança critica Ernesto Leme que, passando por cima de todas as questões envolvidas atendeu as reivindicações dos estudantes. Além disto, no mesmo relatório, consta que os atos da Reitoria não impediriam os tumultos que deveriam ser ainda provocados pelos comunistas em função da questão Niemeyer²⁰.

O período de gestão de Ernesto Leme como reitor da USP (1951 a 1953) foi acompanhado por várias manifestações estudantis em todo o país. As greves eram constantes, cuja pauta de reivindicações eram diversas, sendo que, algumas de caráter político e outras de caráter acadêmico. Os estudantes eram notícia nos diversos jornais da época.

Entre os veículos analisados, percebi diferenças no tratamento, no enfoque e, portanto, na importância dada aos fatos acontecidos. Por exemplo, jornais como o Diário Popular, Jornal do Brasil, A Época, O Tempo, entre outros, se limitavam a dar a

²⁰ Revista Adusp 13, Abril de 1998.

notícia, sem maiores comentários, mas encontrei posições muito claras sobre as manifestações, como no jornal Hoje, A Voz Trabalhista, A Notícia do Rio que apoiavam os estudantes e O Globo, entendendo que em uma posição mais tradicional, desaconselhava qualquer tipo de greve.

5- Movimentos que se destacaram 1951-1953

Seleciono abaixo alguns movimentos por considerá-los bastante relevantes:

Exercício do Magistério

Uma das greves mais marcantes da época foi a dos estudantes da Faculdade de Filosofia contra o projeto nº 23/51 que facultava aos possuidores de diplomas de medicina, advocacia, engenharia exercer o magistério secundário, sem outras formalidades.

Esta reivindicação era embasada no fato dos advogados e médicos possuírem uma legislação onde ninguém pode exercer a medicina senão o médico ou a advocacia, o advogado. A legislação do magistério, porém, não impedia que o projeto nº 23/51 fosse aprovado e que profissionais de outras áreas exercessem o magistério.

O jornal “A Notícia – Rio, deixou bem claro seu parecer a favor dos estudantes: *“Como aceitar que esses profissionais ocupem cadeiras com a simples apresentação de seus títulos, na presunção de que podem ocupá-los?”* (20/08/1951).

O Diário do Povo publicou um artigo onde demonstrava a preocupação em relação a esse projeto, pois, considerava o Brasil um país que necessita de mais escolas e bons professores, mas sem a necessária competência, o ensino do Brasil não poderia ser levado a sério (11/11/51).

Já o jornal “O Globo” se colocou totalmente contra a greve, desaconselhando-a e dizendo que só teve um efeito: *“o de ser prejudicial aos próprios estudantes”* (17/08/51). Mesmo sendo contrário às greves, o jornal ouviu as razões dos alunos, na voz de Fernando Novaes, presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia: *“Vamos ver com este projeto o aproveitamento dos portadores daqueles diplomas, em prejuízo dos professores formados”*. Cláudio Eboly Mendes, estudante de jornalismo e solidário ao movimento declarou que *“Apenas 10% dos que se submetem a exames de suficiência logram aprovação, que tornam evidente que, nem todos os que possuem diploma de curso superior estão aptos para o magistério”*.

Os estudantes declararam ainda que, sabiam que a greve constitui um mal, mas que usavam desse recurso para evitar um mal maior que era a aprovação desse projeto. Apesar das manifestações e greve o projeto foi aprovado pelo Senado, em outubro de 1951.

Considero importante citar que este projeto atingiria não só os estudantes de Filosofia e outros que se formariam professores, mas também prejudicaria os próprios professores já formados e que exerciam o magistério, porém, não encontrei em nenhum veículo ou documento, manifestações dos professores contra o projeto.

Alunos Excedentes

Nessa mesma época, os estudantes da Faculdade de Direito fizeram uma greve que desencadeou greve geral, em todo o país, em solidariedade aos excedentes e protesto à atitude do Ministro da Educação que se negava a cumprir a Lei nº 1392, que demanda aproveitar os alunos excedentes.

Muitas críticas foram feitas ao Ministro, principalmente pelo jornal A Gazeta de Notícias – Rio, que questionava o direito ao acesso à cultura, e considerava uma restrição o Ministro se negar a dar vagas aos alunos excedentes.

A moralização do Ensino

Uma manifestação mais diretamente ligada a Ernesto Leme foi a greve nacional em solidariedade aos estudantes da Faculdade de Arquitetura de São Paulo (agosto de 1951), que tinha como objetivo “*A Moralização do Ensino*”, já que consideravam as atitudes de Ernesto Leme arbitrárias; dentre elas, o de não permitir a participação de Oscar Niemayer na renovação artística e solução de grandes realizações da referida Universidade.

O jornal Hoje criticou duramente as atitudes do Reitor, considerando “descabida” a atitude de Ernesto Leme ao chamar para si a responsabilidade deste ato (10/08/51). A USP não se manifestou em nenhum dos jornais pesquisados.

As atitudes de Ernesto Leme, estavam ligadas à sua postura declaradamente anticomunista e as vezes até exagerada em suas convicções.

Comunismo

Durante a gestão Ernesto Leme na Reitoria da USP, discutia-se muito que era comunismo ou não e até mesmo entre os estudantes surgiam atritos claramente políticos, como por exemplo, ao fato ocorrido em setembro de 1951, onde a “Frente da Juventude Democrática” dizia ter desmascarado pela quarta vez “mais um plano comunista entre os estudantes” (Correio da Manhã – 04/09/51), segundo a frente, havia no seio da classe estudantil – A farsa dos Comitês Estudantis Pró-Divórcios, que não passavam de uma manobra, pela qual começavam convidando os “mais desavisados” para fazerem parte desses comitês e prestigiarem um “vasto plano de conferências” alusivas ao divórcio, valendo-se de professores do P.C.B (Partido Comunista Brasileiro) e assim arrebanhavam adeptos convidando-os para uma passeata até a Câmara. A Frente da Juventude Democrática não deixou claro, porém, qual era o verdadeiro objetivo da passeata, apenas se preocupou em mostrar que havia descoberto a manobra de um grupo que considerava comunista.

6- Apontamentos sobre a História da UNE

A partir de 1870, surgiram vários Clubes Acadêmicos Republicanos e/ou Abolicionistas em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, e antes da UNE várias tentativas de reunir os jovens estudantes foram feitas. Mas, visando apenas a resolução de problemas específicos e determinados, em função dos quais os movimentos nasciam e morriam, como por exemplo, a Sociedade 2 de Julho e a questão da alforria de

escravos ou os Clubes Republicanos Acadêmicos e a campanha pelo fim da monarquia. O segundo grande problema era o isolamento entre os estados que dificultava a união entre os estudantes, fracassando assim, as tentativas de dar organicidade ao Movimento Estudantil.

Até 1937 as entidades estudantis não conseguiram se estabelecer talvez por não conseguirem expressividade nacional, pois, a maioria era de caráter local, ou ainda, como sugeriu Antonio Mendes Jr. (...) *por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo* (...). (Mendes, 1981).

Como já foi dito, a fundação e consolidação da UNE (União Nacional dos Estudantes), se deu no final da segunda República, em 11 de Agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, em um momento da história em que se discutia o futuro do ensino superior no Brasil.

O então presidente da república Getúlio Vargas, vendo o crescente nível de organização dos estudantes, antecipa-se ao processo de formação da entidade e cria a UNE através de um decreto presidencial, vinculando-a ao Ministério da Educação. Uma organização que teve início nos muros das universidades acaba sendo institucionalizada, de cima para baixo, na tentativa de se ter um controle sobre o movimento estudantil, por isso, a ligação da UNE ao governo Vargas era forte nos dois primeiros anos de existência. Como a criação da UNE se deu no momento em que forças políticas se mobilizavam para instalar o Estado Novo, a entidade estava proibida de discutir temas políticos.

A atuação da UNE começava a ultrapassar as paredes das universidades, os estudantes mais politizados logo perceberam a necessidade de se desligarem da classe dominante e de se associarem às lutas das massas trabalhadoras, adquirindo assim, cada vez mais, o caráter político em suas reivindicações.

Por começar a adquirir uma caracterização política, muitos atritos começaram a acontecer entre a UNE e a Casa do Estudante, onde estava instalada sua sede, até chegar ao ponto que, em 1940, Ana Amélia Carneiro Mendonça, presidente da Casa do Estudante, “convidou” a UNE a se separar e transferir daquela casa.

Em 1942, o estudante Hélio de Almeida, dirigente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil (DCE), depois de muita pressão consegue uma sede para o DCE na cidade do Rio de Janeiro, onde também funcionaria provisoriamente a sede da UNE.

Como já foi dito no capítulo 1, em 1942, após navios brasileiros serem afundados por alemães nas costas da Bahia e Sergipe, os estudantes passaram de uma postura de paz, a iniciar uma campanha exigindo que o Brasil declarasse guerra as potências nazi-faciscistas. E foi o que aconteceu, em 1942, o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial.

Mesmo tendo estudantes e governo juntos na guerra, os atritos devido aos métodos ditatoriais de Getúlio Vargas continuavam, e, no dia 4 de julho de 1942, a UNE realizou uma passeata de protesto reivindicando o fim do totalitarismo. Foi a primeira grande manifestação popular do Estado Novo.

A força do movimento estudantil foi crescendo e o presidente da UNE, Paes Leme, solicitou a Vargas a concessão do prédio onde funcionava o Clube Germânia, para servir como sede para a entidade. Depois de muita pressão, em setembro de 1942, o prédio foi cedido para a UNE.

Enquanto acontecia o crescimento político da UNE, o governo, tentava criar a “Juventude Brasileira” solicitando a sede da UNE como sua. Muitas manifestações de protestos aconteceram por todo o Brasil e o governo voltou atrás em sua decisão de instalar a Juventude Brasileira no Clube Germânia, com a condição de que Hélio de Almeida, que havia renunciado a presidência da UNE, não voltasse a comandar a entidade. O acordo foi feito e o estudante Tarnier Teixeira assumiu a presidência da UNE.

Entre muitos casos, já citados, alguns se destacaram nessa época: 1) a passeata dos estudantes de Direito, em setembro de 1941, com o enterro simbólico de Vargas, após a concessão pelo Conselho Universitário (SP, FUPE, CBDU) de título “*Doutor Honoris Causa*” ao Presidente. 2) Em 1943, a “Passeata do Silêncio”, contra as tendências fascistas do Brasil e em protesto ao impedimento da realização de um comício pró-democracia. A manifestação foi fortemente reprimida pela polícia, causando a morte do comerciante Jaime Carlos da Silva Teles, 20 anos e da aposentada Domingas Covelli, 65 anos. 3) Estabeleceu-se uma trégua com o Estado Novo, com o alistamento de jovens, trégua esta que foi rompida em março de 1945, com a campanha da Anistia e em uma manifestação contra o Estado Novo que culminou na morte no palanque do estudante Demócrito Souza Filho, com um tiro na testa.

Dado o desgaste que já tomava conta do governo Vargas, os estudantes se sentiram incentivados a sair às ruas exigindo liberdade aos presos políticos, o direito do voto para presidente, o fim da censura, entre outras reivindicações. Essas pressões surtem efeito e Getúlio promulga o Ato Adicional a Constituição de 1937 que determinava a data para novas eleições, além de decretar anistia aos estudantes presos e exilados.

Nas eleições para presidente daquele ano, os estudantes apoiavam o brigadeiro Eduardo Gomes, mas foram derrotados na disputa com o Marechal Gaspar Dutra. A decepção dos estudantes viria desde o início do novo governo, com uma nova reação policial reprimindo todo e qualquer movimento estudantil.

Diante desta realidade, quase todas as lideranças estudantis se filiaram ao Partido Socialista Brasileiro, elegendo Roberto Gusmão presidente da UNE, em 1947. Neste ano os estudantes se mobilizam na campanha em defesa do patrimônio nacional e desta campanha desdobra-se na luta pela questão do petróleo. Campanha cuja palavra de ordem era “o petróleo é nosso”.

Esta manifestação transformou-se em um dos maiores movimentos de opinião pública já registrado na história nacional, mobilizando diversos setores da sociedade, ganhando as ruas. Muitas cidades tinham sua “torre de petróleo” como símbolo de resistência aos que queriam entregar o petróleo nas mãos de estrangeiros.

Os Congressos da UNE de 1948 a 1950 foram marcados pela tentativa de reorganização da direita no movimento estudantil, a intenção destes grupos era a de

eleger uma diretoria menos incomoda ao governo, mas nestes três anos a esquerda continuou a vencer as eleições e comandar a UNE.

Entre 1950 e 1956, segundo Poerner, houve um domínio direitista da UNE, considerado por muitos como “fase negra” da UNE e mais um período de apatia no que se diz respeito ao envolvimento da UNE nas manifestações e greves em geral, o que se via eram reivindicações isoladas de estudantes de algumas Universidades que iam ganhando a simpatia e solidariedade de estudantes de outras universidades e que, muitas vezes resultava em greve geral (Poerner, 1979).

Difícilmente a UNE participava das mobilizações políticas daquele período, as participações se davam em campanhas pela criação da Petrobrás, greves contra o provimento ilegal de Cátedra, manifestações contra fraudes nos exames e a partir de 1954, greves contra a ineficiência das faculdades.

Somente no XIX Congresso da UNE, em 1956, que a presidência voltou para as mãos de estudantes da esquerda, o presidente eleito José Batista de Oliveira Junior, assumiria um programa nacionalista, seguido por Marcos Heusi, eleito em 1957, que engajaria uma manifestação contra a American Can, indústria americana que pretendia instalar-se no Brasil, pondo em risco a indústria nacional de lataria.

Mas é em 1958, na gestão do estudante Raimundo Eirado, que a ação do movimento estudantil voltaria a mostrar sua força e energia. Os estudantes, através da UNE, mobilizaram-se contra o então Superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Roberto Campos, que desejava que o Brasil

assinasse o Acordo de Roboré, que pleiteava gastos da Petrobrás com o intuito de atender as necessidades da Gulf Petroleum Co., na Bolívia. As pressões dos estudantes foram de tal ordem que o presidente Juscelino Kubitschek mandou demitir Roberto Campos.

Em 1959, a UNE luta contra o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois consideravam que um de seus itens propunha o desaparecimento gradativo do ensino público e gratuito (Fávero, 2003, p.563).

Entre 1960 e 1964 o Brasil viveu um período de grande instabilidade política, agravada pela renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, assumindo o vice João Goulart, político pouco simpático às elites e particularmente às forças armadas, que o acusavam de querer criar uma “República Sindicalista” dado o seu apoio aos movimentos sociais.

Neste período a UNE adotou uma política de seminários para construir um programa de atuação do movimento estudantil, um fórum reunia estudantes que representavam vários estados, cuja pauta organizava-se em torno de reivindicações especificamente estudantis. (Foracchi, 1965, p.249).

Alguns pontos eram definidos nestes seminários, como por exemplo, a aliança operário-estudantil-camponesa, como forma de lutar por uma universidade e um país mais justo. Surgiu também a idéia da Imprensa Universitária como mecanismo de divulgação do programa e das atividades estudantis daquele período.

Ainda em 1960, foram criados o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), com finalidade de formar o sentido da arte na vida social brasileira, com a produção do filme “Cinco Vezes Favela” e dos espetáculos “Eles não usam Black-Tie”, com o debate sobre o problema da consciência de classe e “Miséria ao Alcance de Todos”, debatendo a questão do imperialismo econômico e da cultura.

Outro fato significativo deste ano foi a greve dos estudantes de Salvador, considerada uma das primeiras denúncias sobre a crise da universidade (Fávero, 2003, p.565-66).

A UNE criou então a revista Movimento, órgão oficial da entidade, que só sobre Reforma Universitária, aconteceram dois encontros que resultaram em duas importantes cartas:

- Declaração da Bahia, resultado do I Seminário Nacional de Reforma Universitária (I SNRU), de 20 a 27 de maio de 1961, em Salvador.
- Declaração do Paraná, resultado do II SNRU, realizado em Curitiba, entre 17 a 24 de março de 1962 (idem, p.568-69).

As duas declarações, em linhas gerais, defendiam uma universidade comprometida com as necessidades do povo brasileiro, sem discriminações de qualquer ordem. Os estudantes consideravam que a universidade tinha um caráter arcaico e elitista, passando ao longe de atender os interesses do povo.

Dessas discussões, resulta a primeira greve geral dos estudantes em 1962, que ficou conhecida como a Greve de um Terço, a mais longa paralisação da história do movimento estudantil, chegando a 90% de adesão. Em resumo, a greve exigia a participação dos estudantes em um terço dos órgãos colegiados de administração da universidade: Congregação, Conselho Universitário e Conselhos Técnicos.

Para a articulação dessa greve, criou-se a “UNE Volante”, órgão de divulgação que levou a Reforma Universitária para milhares de estudantes em todo o Brasil, conscientizando e informando as mais variadas camadas da população através de assembleias, teatro e cinema popular.

Entrando em sua quarta semana, o movimento de greve começou a ficar desgastado perante os estudantes, tanto por problemas internos como pelas ameaças de golpe, considerando a crise política que o país atravessava. Depois de um conselho extraordinário ficou decidido o final da greve (idem, p.571).

Mesmo não tendo alcançado seus objetivos iniciais, a greve do um terço contribuiu para aumentar a consciência política do estudante e para a comoção pública em torno dos problemas da Universidade.

A partir de 1963, a UNE assume a luta em todas as questões políticas de relevância. O Brasil atravessava uma época de crise política e econômica: surgiam greves de operários, a inflação era altíssima e os militares, apoiados pelos EUA, preparavam um golpe. O presidente João Goulart defendia as Reformas Agrária, Bancária e Tributária e

a UNE liderava este movimento, defendendo a campanha de alfabetização de adultos e conscientização da necessidade de mudanças para o país.

Em 31 de Março de 1964, explodiu a rebelião das forças armadas contra o governo de João Goulart, com início em Minas Gerais e a adesão de unidades militares de vários estados. Sem condições de resistir ao golpe, João Goulart deixou Brasília, em 1º de Abril e foi para o Uruguai como exilado político. Terminando assim o período democrático e dando início a mais longa ditadura de nossa história.

A violência e a coibição policial contra os estudantes produziu um sentimento de perplexidade numa geração que não conhecia os efeitos da ditadura. Para o governo, os estudantes representavam uma ameaça à ordem, era preciso então “um tratamento de choque para acabar com a subversão”, neste momento a história da UNE e do movimento estudantil se confunde com a história da repressão à liberdade e da intervenção estrangeira no Brasil. (Poerner, 1979, p.230).

Logo após o golpe, a sede da UNE foi invadida e incendiada pelas novas forças, representadas pelos integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Neste período aconteceram muitas prisões, expulsões de faculdades, fechamentos de sindicatos e censura. O regime autoritário, sabendo da força que o movimento estudantil trazia, não mediu forças para atacá-lo. Um exemplo disso foi a lei Suplicy, que transformava os Centros Acadêmicos em Diretórios Acadêmicos que seriam totalmente subordinados às direções das universidades, e ainda tornava obrigatório o voto dos alunos em suas eleições. Em protesto, os estudantes criam o dia Nacional de

Repúdio à Lei Suplicy, em 16 de Agosto. E ainda, boicotaram as eleições dos Diretórios Acadêmicos (Fávero, 2003, p.573).

O reflexo da insatisfação geral dos jovens e as lutas estudantis cresceram a partir de 1966, as revoltas causadas pelo novo regime militar e a forte repressão policial levaram milhares de estudantes em todo o país para as ruas, protestando contra a situação em que o Brasil se encontrava, até que a mesma população que apoiou a instauração do golpe militar percebesse o seu erro e entendesse a importância que a UNE desempenharia no processo de redemocratização do país.

Especialmente a partir de 1968 as manifestações estudantis se transformaram em explícitos ataques à política ditatorial do Governo. Por segurança, as passeatas e comícios não tinham lugar fixo, mas os choques entre estudantes, polícia e agentes de DOPS continuavam acontecendo.

Apesar de conseguirem a simpatia de parte da população e de muitos jovens abandonarem os estudos, empregos, famílias e ingressarem na clandestinidade, o governo detinha a imprensa nas mãos, e com isso conseguiam fazer com que a opinião pública se voltasse contra os estudantes e jovens que pegavam em armas, taxando-os de terroristas e subversivos. Muitos dos jovens que eram figuras importantes no movimento estudantil eram mortos ou obrigados a afastar-se, seja por prisão ou exílio. Por tudo isso, o movimento político estudantil ficaria adormecido até o final da década de 70.

Considerações Finais:

A história recente do Brasil nos mostra que os movimentos estudantis caracterizaram-se pela luta social em prol de uma política democrática estabelecida acadêmica e nacionalmente. Os estudantes constituíam um dos setores mais mobilizados dentro da sociedade, desde a época do Brasil-Colônia os estudantes lutam contra aquilo que acreditavam ferir seus propósitos.

Não há dúvida de que depois da criação e consolidação da UNE, os estudantes ganharam força, protagonizando muitas manifestações e conquistas importantes na história nacional.

Desde a luta pela abolição e pela república, que considero o momento em que começam a organizar-se muitas vezes em pequenos grupos e sem necessariamente ter uma consciência política-econômica em torno destas manifestações, até a época do golpe militar de 1964, os estudantes se destacaram liderando estes movimentos.

Com ênfase os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo exerceram importante papel político durante o Estado Novo, com suas manifestações pela democracia e contra a opressão sofrida, muitas vezes resultando na morte de jovens, por serem considerados pelo governo como uma ameaça nacional.

O ensino superior no Brasil somente ganhou ênfase com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, mesmo tendo caráter imediatista e utilitária para atender as necessidades da família real, foi um momento de destaque para a educação brasileira, por dar a partida na organização e implantação do ensino superior.

Embora o ensino superior tenha sido criado há mais de um século, a primeira organização desse ensino em universidade, só ocorreu em 1920, por determinação do governo federal com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, que surgiu da associação de três escolas superiores já existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. Mas esta universidade ainda não teria sua organização voltada para a pesquisa.

A primeira universidade de fato organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades, foi fundada em 1934 na cidade de São Paulo: a Universidade de São Paulo (USP), que inovou pelo caráter de ensino, pesquisa e extensão. A idéia era transformar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em uma espécie de tronco por onde passariam os alunos de todos os outros cursos, acabando assim com o isolacionismo das faculdades já existentes.

O projeto da USP era revolucionário e talvez por isso, tenha enfrentado muitas dificuldades de implantação. O projeto esbarrava nas instituições conservadoras que não aceitavam mudar a tradição do ensino, num clima totalmente desfavorável e cheia de contradições.

O Brasil assistiu no período de 1946 a 1964 a expansão da universidade no país, os estudantes tiveram um importante papel na reforma do ensino superior, a partir de 1961, com seminários e discussões a respeito da modernização do ensino e a incerteza quanto ao futuro da educação no Brasil.

A UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor da participação do movimento estudantil no Brasil. É claro que essa organização estudantil

teve altos e baixos, conflitos internos e externos, principalmente no período do Estado Novo, enfrentando sérias divergências com Getúlio Vargas.

Ao assumir a presidência da UNE, em setembro de 42, por ocasião do 5º Congresso, Hélio de Almeida já trazia algumas vitórias em sua trajetória de militante. Como presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, ele conseguira do governo Federal, no ano anterior, uma sede para o DCE, na rua Álvaro Alvim, 31, e onde se instalaria, também, provisoriamente, a União Nacional dos Estudantes. Hélio, junto com José Talarico, Paes Leme, Wagner Cavalcanti, Airton Diniz, entre outros, teve papel de destaque nas manifestações antifacistas. Sua gestão frente a UNE, seria uma das mais movimentadas, a ponto de afastá-lo da presidência, quando o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, cria, em abril de 1943, a "Juventude Brasileira" – paródia da "Juventude Baila" de Mussolini, entrando em linha de confronto direto com o então Presidente da UNE.

O certo é que o movimento estudantil começava a desempenhar um papel político de destaque, e não poderia aceitar uma provocação de tal ordem. Hélio Almeida se demite e cria situação de impasse. O Ministro Capanema, diante das reações vindas de todos os pontos do país, revoga sua decisão, mas exige que Hélio se mantenha fora da Presidência. Mas este seria, apenas, um detalhe pouco significativo para uma geração que, devidamente organizada em uma entidade nacional, estava pronta para intervir no seu tempo e na sua história.

A essa altura, porém, por uma questão de coerência, o movimento estudantil assume uma postura anti-vargas. E o primeiro "combate" se deu no dia primeiro de

novembro de 43, quando, pela Constituição do Estado Novo, deveriam ser realizadas eleições. Os estudantes promovem, então, a "Passeata do Silêncio", que foi violentamente reprimida, fazendo, inclusive, uma vítima fatal. A partir daí, todas as manifestações que pediam a volta do Brasil à normalidade democrática encontraram total apoio dos estudantes.

Em março de 45, junto com a Liga de Defesa nacional e alguns sindicatos, a UNE convoca um grande comício, no Rio de Janeiro. A palavra de ordem era a anistia aos presos políticos da ditadura, já que dias antes desta manifestação Getúlio havia promulgado um Ato Adicional à Constituição, fixando novas data para a eleição.

O governo eleito do Marechal Eurico Dutra desencadeou, desde o início, uma nova reação policial contra o movimento estudantil. E como diz Antônio Mendes Júnior, em o "Movimento Estudantil no Brasil", "diante desta nova realidade, quase todas as lideranças se reaproximaram de seus colegas comunistas, ingressando, a sua grande maioria, no Partido Socialista Brasileiro". São os socialistas que elegem Roberto Gusmão Presidente da UNE, em 1947, ano em que os estudantes mobilizaram-se na campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico. Desta campanha, desdobraram-se dois movimentos de igual importância: a questão do monopólio estatal do petróleo e a luta pela Petrobrás, cuja palavra de ordem era "o petróleo é nosso".

A campanha, na verdade, foi lançada em duas frentes e sob dois comandos: Roberto Gusmão no Rio de Janeiro, e Rogê Ferreira, em São Paulo. Lançada pela UNE, transformou-se no maior movimento de opinião pública já registrado na História Brasileira, contando com o apoio de vários setores da sociedade, como trabalhadores,

intelectuais, e até mesmo militares. O movimento ganhou as ruas. Empolgou o país durante anos. Rara era a cidade que não tinha sua torre de petróleo, como símbolo da resistência aos entreguistas. Em São Paulo havia uma no largo de São Francisco e outra em frente ao Teatro Municipal, ambas de ferro. Além de inúmeras pelos bairros.

O pernambucano Genival Barbosa foi o presidente em 1948, além de dar continuidade à campanha da Petrobrás, desenvolveu uma luta contra o aumento das passagens de bondes, no Rio. A sede da UNE é invadida, pela primeira vez, por forças policiais. E 1949 destaca-se como o ano das grandes novidades no campo da atuação política. Após sucessivas derrotas, o grupo de estudantes direitistas elege para a presidência da União Metropolitana de Estudantes, que também funcionava no Rio, na época Distrito Federal, o paulista Paulo Egydio Martins, que iria se transformar no primeiro expoente deste grupo dentro do movimento estudantil. O XII Congresso, realizado em Salvador, em 1949, ainda elegeria o socialista Rogê Ferreira como Presidente. A partir daí, exceto o intervalo de um ano, a UNE fica nas mãos do grupo direitista até 1956. Olavo Jardim Campos é o presidente de 51 que, na opinião de Artur Poerner, atuou apenas como testa de ferro de Helen Rogers, agente do Departamento de Estado americano que, neste ano, teria comandado o movimento estudantil brasileiro.

Por fim, os longos anos de ditadura (de 1964 ao final dos anos 80), esfacelaram as iniciativas políticas estudantis, produzindo uma forma de atuação quase só burocrática da UNE e das organizações estudantis secundaristas, que não conseguem ter o alcance das lutas de 40 a 50 anos atrás.

DOCUMENTO

Estatuto da União Nacional dos Estudantes

Título I

Da Fundação, Constituição e Finalidade

Art. 1º - A União Nacional dos Estudantes (U.N.E) – fundada em 11 de agosto de 1937, por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil – constituída pelas organizações estudantis brasileiras a ela filiadas, é o órgão máximo da representação dos estudantes e tem por finalidade congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses.

Título II

Da Organização

Art. 2º - A U.N.E será dirigida por uma Diretoria, composta de um Presidente, três Vice-Presidentes, três Secretários e um Tesoureiro, eleita pelo Conselho Nacional de Estudantes.

Art. 3º - A U.N.E terá como órgão deliberativo o Conselho Nacional de Estudantes (C.N.E), composto de dois (2) representantes de cada associação estudantil filiada à U.N.E.

Parágrafo Único – O Presidente da U.N.E será o Presidente do C.N.E.

Art. 4º - A U.N.E terá como sede e Secretaria a Casa do Estudante do Brasil, onde funcionarão os seus secretários.

Capítulo I

Da Diretoria

Art. 5º - À Diretoria da U.N.E compete:

- a) reunir-se, quando se fizer preciso, para tratar dos assuntos de imediato interesse da U.NE;
- b) fiscalizar o funcionamento da Secretaria;
- c) nomear comissões que se fizerem necessárias para o alcance das finalidades da U.N.E;
- d) julgar em conjunto com os membros da Secretaria os casos omissos nos presentes estatutos.

Art. 6º - Ao Presidente da U.N.E compete:

- a) presidir ao C.N.E e às reuniões da Diretoria;
- b) representar a U.N.E em juízo ou fora dele;
- c) apresentar o relatório geral das atividades da U.N.E durante o período de sua gestão;
- d) assinar os títulos de filiação das entidades da U.N.E;

Parágrafo Único – O Presidente da U.N.E somente terá voto de qualidade.

Art. 7º - Ao 1º Vice-Presidente compete:

- a) substituir temporária ou permanentemente, com todos os poderes, o presidente, em suas faltas e impedimentos;
- b) tomar parte nos julgamentos das questões submetidas à Diretoria.

Art. 8º - Aos 2º e 3º Vice-Presidentes, respectivamente, compete:

- a) substituir temporária ou permanentemente, com todos os poderes, o Presidente, em suas faltas e impedimentos;
- b) tomar parte nos julgamentos das questões submetidas à Diretoria.

Capítulo II

Da Secretaria

Art. 9º - São atribuições da Secretaria orientar, distribuir e executar as suas funções próprias e as resoluções do C.N.E e da Diretoria.

Art. 10º - Nas faltas e impedimentos as substituições se farão na ordem hierárquica.

Capítulo III

Tesouraria

Art. 11º - Ao Tesoureiro, que funcionará na Secretaria da U.N.E (Casa do Estudante do Brasil), compete receber, guardar e zelar pelo patrimônio da U.N.E, só podendo dispor de valores mediante autorização da Presidência ou da Secretaria.

Parágrafo Único – Deverá o Tesoureiro apresentar anualmente um balanço, por ocasião da reunião anual do C.N.E.

Título III

Do Conselho Nacional de Estudantes

Art. 12º - O Conselho Nacional de Estudantes (C.N.E), formado por 2 (dois) representantes devidamente credenciados das associações filiadas à U.N.E, é a sua Assembléia Geral e o órgão competente para a eleição das Diretorias.

Parágrafo Único – O C.N.E reunir-se-á uma vez em cada ano, convocado, com um prazo mínimo de 2 (dois) meses de antecedência.

Art. 13º - Cada entidade filiada terá dois (2) votos e a votação será por entidade.

Parágrafo Único – Os dois representantes dos Diretórios Centrais das Universidades do País, ou de entidades correspondentes, em Estados onde não existam, ou ainda das uniões ou federações estaduais, terão direito a dois (2) votos pelos referidos Diretórios e Uniões e mais tantas vezes dois votos quantas forem as entidades que os compõem e que, não tendo nomeado representantes próprios às assembleias do C.N.E, lhes tenham delegado poderes de representação.

Título IV

Das Contribuições e Subvenções

Art. 14º - A fim de atender ao custeio das despesas para a consecução das finalidades a que se propõe e para a constituição de um fundo de reserva, as entidades filiadas à U.N.E contribuirão com uma quota anual de cem mil réis (100\$000).

Parágrafo Único – A forma de pagamento destas contribuições será regulamentada pela Diretoria.

Art. 15º - Os auxílios e subvenções que a U.N.E porventura venha a receber dos poderes públicos ou de particulares constituirão reforço para o fundo de reserva e conseqüente formação de um patrimônio.

Disposições Gerais

Art. 16º - À Diretoria compete regulamentar dentro do espírito deste Estatuto a vida interna da U.N.E.

Art. 17º - Deverá a U.N.E estimular Congressos de Estudantes brasileiros e também americanos.

Art. 18º - A U.N.E se tem como filiada à C.I.E reunida em Viena no dia 6 de janeiro de 1937.

Art. 19º - Os casos omissos deste Estatuto referentes à vida da U.N.E serão resolvidos pela Diretoria.

(Aprovado pela 2ª Assembléia do Conselho Nacional de Estudantes, reunida no Rio, aos 22 de dezembro de 1938).

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

BASTOS, Jésus de Alvarenga. Problèmes de l'enseignement supérieur au Brésil, tese de doutoramento, Sorbonne, Université René Descartes, Paris.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Inventário DEOPS – Módulo II – Estudantes Os Subversivos das Arcadas. Imprensa Oficial do Estado de S.Paulo, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983. Coleção Educação em Questão.

_____ A Universidade Temporã. 2ª edição, Rio de Janeiro, F. Alves, F. Alves, 1986. Coleção Educação em Questão.

_____ A Universidade Reformada. Rio de Janeiro, F. Alves, 1988. Coleção Educação em Questão.

DCE-livre. Alexandre Vanucchi Leme, USP, 1979, (Caderno elaborado por vários estudantes de várias escolas e representantes de várias correntes políticas atuantes no Movimento Estudantil).

DULLES, John W. F. Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: 1938-1945. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. Coleção Brasil Século 20.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Estudantes em movimento e o problema Universitário na década de 1960. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (org), Bragança Paulista, EDUSF, 2003 (Estudos CDPAH série historiografia).

FORACCHI, Marialice Mencarini. A juventude na sociedade moderna. São Paulo, Pioneira (ed. da USP), 1929.

_____ O Estudante e a transformação da Sociedade Brasileira. Cia Ed. Nacional, São Paulo, 1977.

Guia do Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivos do DEOPS/SP. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. O Hino, o Sermão e a Ordem do dia: A Educação no Brasil (1930-1945). Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

MEDINA, Cremilda. 1968-1988: Nos passos da rebeldia. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1989.

MENDES JR, Antonio, Movimento Estudantil no Brasil. S.P.Brasiliense, 1981 (Tudo é história, 23).

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade brasileira em questão: o debate sobre a reforma universitária no Brasil, nos anos 1950/1960. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (org). Bragança Paulista, EDUSF, 2003 (Estudos CDPAH série historiografia).

POERNER, Artur José. O Poder Jovem. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Clovis Pereira da. A Matemática no Brasil Uma História de seu Desenvolvimento. Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1998.

SIMÕES, Fernando de Oliveira. Centro Acadêmico XI de Agosto da Universidade de Direito de São Paulo. Relatório das Actividades da Directoria, Graphica Paulista. São Paulo, 1935.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento. S. Paulo, Pioneira, 1997.

SPÓSITO, Marília Pontes. O Povo Vai à Escola – a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

TEIXEIRA, Anísio – Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969 / Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VIEIRA, Cícero Augusto – Casa do Estudante (origem e histórico), Coleção “XI de Agosto” Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1942.

VIEIRA PINTO, Álvaro – A questão da Universidade, da coleção Cadernos Universitários, nº 1, Ed. Universitária, Rio de Janeiro, 1962.

Fontes e documentos:

Periódicos: Artigos de Jornais (arquivo CDAPH entre 1951 e 1953): A Gazeta, Notícias do Rio, O Tempo, Jornal de Notícias, Hoje, Correio da Noite, A Época, Diário Popular, Correio da Manhã, Estado de S.Paulo, Diário Carioca, Diário do Povo.

Constituição da União Nacional dos Estudantes – U.N.E. – Rio de Janeiro, 1938.

Constituição da União Nacional dos Estudantes – U.N.E – Rio de Janeiro, 1949.

Revista Adusp 13, Abril de 1998.

Sites na Internet:

www.cpdoc.fgv.br

www.fpa.org.br/memoria/trajetorias2003

www.une.org.br

www.rebeldias.hpg.ig.com.br/uneegora.htm

www.dceufpb.cgd.com.br/60anos.htm

www.usf.com.br/cdaph/acervo.asp